POR TRÁS DOS MUROS DA INSANIDADE

RELATOS DE EX-FUNCIONÁRIOS E PACIENTES DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO JUQUERY



JORGE HENRIQUE RAMOS

POR TRÁS DOS MUROS DA INSANIDADE

Relatos de ex-funcionários e pacientes

do Hospital Psiquiátrico do Juquery

10 anos, festa e Juquery (Jorge Henrique Ramos)

10 de setembro de 2006, Franco da Rocha, bairro Parque Vitória. Em um domingo típico de comunidade, o som alto, a roda de samba e o churrasco davam sinais de que a alegria estava presente em algum lugar da periferia. Desta vez, era minha família se preparando para minha

festa de aniversário de 10 anos, com tema inspirado na animação do Tarzan (1999). Foi um fim de tarde incrível com a galera do bairro em peso. Em Franco da Rocha, todos (ou a grande maioria) se conhecem e, consequentemente, muitos dos convidados vinham dos quatro cantos da cidade. Ao fim da festa, os amigos mais íntimos dos meus tios se reuniram para jogar conversa fora e eu, curioso, me aproximei para escutar.

A roda era formada por seis pessoas, todas sentadas no típico banquinho de madeira, o tamborete. Celião, Cocó, Dino e Formigão eram os amigos dos meus outros dois tios, Caloi e Edson, que completavam a roda. No momento em que cheguei, todos estavam com os olhos e ouvidos atentos ao meu tio Caloi. Ele falava do conhecido Complexo Hospitalar do Juquery e sua experiência como funcionário do local que, de forma assustadora, durou apenas um dia. Edson Carlos dos Santos, o Caloi, recebeu um convite de um amigo próximo para ser vigilante do antigo manicômio que estava em processo de desativação desde 2005.

Na sua primeira (e única) noite, Caloi ficou como vigilante do prédio onde ficava o antigo laboratório de estudos do Juquery. O vigilante que fazia o turno anterior o aconselhou que, se porventura, ele escutasse gritos pelos corredores, assobios ou portas e janelas batendo, não se assustasse, esses fenômenos do tipo faziam parte do local. Todas essas atividades seriam consequências dos métodos de tratamento e torturas que suspostamente aconteciam no local até o início da década de 80. Meu tio sempre foi descrente, nunca acreditou em religiões ou força sobrenatural e simplesmente sorriu para o colega de trabalho comentando que isso era coisa da cabeça de quem se deixava levar pelas histórias que rondavam o local.

O conselheiro se despediu, sem muito o que dizer após a reação do meu tio, e desejou uma ótima noite de trabalho. Tio Caloi interrompe por alguns segundos o seguimento de seu relato e com um sorriso sem jeito, ressalta que estava arrepiado só de lembrar o que estava prestes a contar. Celião enche o peito e solta uma gargalhada que quebra um pouco o gelo em que todos estavam. Nesse momento, atraída pelas risadas, minha prima mais nova, Nathalia, senta ao meu lado no chão e acompanha o relato. Meu tio pede para que todos se atentem e dá continuidade à história.

Logo após a despedida do parceiro, Caloi se aconchegou em uma cadeira aos trapos na sala da vigilância no térreo do prédio e ligou seu Walk Talk. A noite estava fria e ao mesmo tempo clara pela luz natural da lua cheia. O único som perceptível era o cricrilar dos grilos na vegetação fora da unidade. O ponteiro do relógio marcava 2h20 da madrugada, quando no andar superior uma das janelas começou a bater repetidas vezes. Caloi estranhou, pois todas haviam sido trancadas no turno anterior e, questionando, subiu as escadas para averiguar. Na metade da subida para o primeiro andar a temperatura cai repentinamente e meu tio começa a sentir

calafrios, fecha o bobojaco e continua a subir. Ao chegar ao andar, vai até a janela e passa o trinco, aproveitando para conferir a tranca das demais.

Em seguida, volta pelo mesmo caminho que fez. Quando chegou à metade das escadas, ele escuta um sussurro, olha para trás e, mais uma vez, pausadamente, a janela do primeiro andar volta a bater. Caloi retorna, confere os trincos e fecha novamente, mas dessa vez faz o caminho de volta à sala de vigilância, mais rápido. No mesmo momento em que chega à sala, automaticamente lembra-se do conselho do parceiro que estava no turno anterior. Respira fundo duas vezes, e quando menos espera, o Walk Talk começa a transmitir ruídos estranhos. Ao tentar configurar a frequência, escuta um assobio bem ao lado da sua orelha direita, corre para fora da unidade e permanece por lá até o fim do expediente. Após a primeira noite, Caloi faz um pedido de demissão no dia seguinte.

Depois que meu tio conta sua experiência, a rapaziada da roda está sem reação alguma, todos questionando a veracidade da história. Cocó começa um breve questionário como um jogo de perguntas e respostas para saber o que de fato poderia ter acontecido. Ao fim das perguntas, Nathalia já dormia no meu colo com o polegar na boca, e eu completamente assustado. Já era tarde quando minha mãe pede para eu ir para cama, chego a insistir para ficar e escutar mais detalhes. Não tive sucesso.

Depois desse dia, passei a perguntar para todos que já ouviram histórias do Juquery, quais eram as que mais chamavam a atenção. Escutei vários contos, e como criança, queria ouvir sobre fenômenos paranormais. Aliás, o medo, às vezes, é prazeroso nessa idade. Com o passar do tempo, o medo foi perdendo espaço para o verídico. Essa fase chegou principalmente na minha adolescência. O medo e o preconceito que as pessoas tinham com Franco da Rocha, uma cidade tão rica culturalmente, passaram a me incomodar. Firmei a ideia de saber o que realmente acontecia e, assim, quebrar estereótipos da população franco-rochense e quem vinha de fora.

O Juquery

Franco da Rocha é um munícipio da grande São Paulo de aproximadamente 150 mil habitantes. Foi sede durante muitos anos de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil, o Juquery, que consequentemente lhe rendeu o apelido de: A cidade dos loucos. O manicômio que já foi moradia para 16 mil pacientes, embora esse número ultrapassasse 7 mil a mais que sua capacidade ideal, arrepiava a espinha dos franco-rochenses com histórias de pacientes e funcionários.

Tudo começou quando, no século XlX, locais reservados para o tratamento e atendimento de doentes mentais na capital e interior paulista começaram a sofrer com o grande número de procura e, consequentemente, as lotações. A grande chegada de imigrantes à São Paulo em busca de uma vida melhor aumentou o número de pessoas com deficiência, doentes mentais, negros perdidos e sem abrigo após a ainda recente assinatura da Lei Áurea. Outros indivíduos de baixa renda também eram considerados inferiores pela sociedade. Esses excluídos perambulavam pelas ruas da capital paulista como vítimas da fome e em situação deplorável, sofrendo pelas enraizadas desigualdades sociais. Em decisão conjunta, o alto escalão da sociedade, poder público e a ciência fortalecem a ideia da criação de um local, longe da capital, para receber essas pessoas.

Com o argumento de que promover a disciplina e amoralidade através do trabalho diminuiria os gatos públicos, a ideia é aceita. A Lei n° 34, de 25 de junho de 1892, autorizava o Governo do Estado de São Paulo a escolher os pontos mais convenientes para a construção dos asilos agrícolas de alienados. É iniciada então, em 1895, a construção do projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, da Colônia Agrícola Juquery, em uma área inicial de 150 hectares. Três anos depois, em 18 de maio em 1898, o Psiquiatra Dr. Franco da Rocha assume a administração do inaugurado Asylo de Alienados do Juquery que, após 31 anos, passara a chamar Hospital e Colônia do Juquery. Sendo também espaço para estudos psiquiátricos e pesquisas científicas.

Inicialmente eram 800 leitos, ocupando um terreno em frente à linha férrea que, naquela época, tinham os trens movidos à vapor, sentido estação Juquery, onde, nos dias atuais, é a cidade de Mairiporã. Franco da Rocha é emancipada em 30 de novembro de 1944. Nesse período, o hospital que recebia pacientes da capital, interior do estado e todas as cidades vizinhas, passa a ganhar mais prédios e oficinas para plantação de alimentos que os próprios

internos cultivariam. Com alas reservadas para crianças, homens e mulheres, também era necessário separar os pacientes criminosos dos comuns. Então, o sucessor do Dr. Franco da Rocha, Antônio Carlos Pacheco, cria o Manicômio Judiciário em 1933. Essas pessoas estavam sob custódia e não eram responsabilizadas ou condenadas por seus delitos, por não terem condições psíquicas de compreender seus atos.

Em 2005, o complexo hospitalar é atingido por um incêndio, mais precisamente no setor administrativo, e assim, começa seu processo de desativação. O prédio administrativo vai ao chão, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Foram seis horas de fogo consumindo tudo que estava pela frente, chegando a atingir a biblioteca do Juquery, a mais completa em estudos de psiquiatria nos séculos XIX e XX, além de boa parte dos prontuários de pacientes em 55 anos.

Escombros, documentos e patrimônios viraram cinzas, mas as memórias dos que viveram pelos corredores do Juquery continuam intactas. As páginas a seguir relatarão as experiências e emoções de Tânia Maria Bonvicini, de 56 anos e chefe do grupo de Auxiliares em Laborterapia do Juquery durante 32 (1985-2017); do artista, pintor e morador da Residência Terapêutica de Franco da Rocha, Antônio Rosas Satílio, que por 2 anos e 6 meses (1994-1996) foi paciente do Hospital Psiquiátrico do Juquery; e, por último, Walter Farias, de 65 anos, que aos 19 passou em um dos primeiros concursos do Juquery e foi admitido como auxiliar de enfermagem em 1973, sem desconfiar que a partir de então começava a trilhar um caminho onde passaria de funcionário a paciente do próprio local de trabalho.

Licença, Senhora Bonvicini (Jorge Henrique Ramos)

As pesquisas sobre o Complexo Hospitalar do Juquery estavam a todo vapor, e eu precisava de uma pessoa que conhecia aquele lugar como a palma da própria mão. Durante meu expediente no trabalho, estava me afundando nos livros sobre a psiquiatria e os manicômios do Brasil. O setor de imprensa onde eu ficava era compartilhado com o Departamento de Tecnologia da Informação, e um dos funcionários do TI era Erich Bonvicini, de 34 anos, amigo que a vida profissional me deu. Quando soube do meu tema, não perdeu tempo e comentou sobre sua mãe, Tânia Maria Bonvicini, de 56 anos, e chefe do grupo de Auxiliares em Laborterapia do Juquery durante 32 (1985-2017). Eu me senti o cara mais sortudo do mundo. Erich conversou com sua mãe, que de prontidão se dispôs a ser uma das entrevistadas desse livro, abrindo o coração e a memória para compartilhar suas experiências, em um dos maiores hospitais psiquiátricos que já existiu no Brasil.

Elaborei uma pauta com 15 perguntas para destrinchar tudo que achava necessário sobre o Juquery. Marcamos a entrevista para o dia 18 de maio de 2018. Tânia seria minha primeira entrevistada para a elaboração do livro, consequentemente o nervosismo tomou conta de mim algumas horas antes de ir à casa da Família Bonvicini. Eu e Erich aproveitamos o horário de almoço para subir na sua Burgman prata e fazer sete quilômetros em 10 minutos de Francisco Morato até o bairro da Vila Ramos, em Franco da Rocha. O portão dos Bonvicini's era enorme, cinza e elétrico. Pedi licença e entrei. Ao lado da garagem, Erich e seu pai, Antônio Bonvicini, têm um deposito de equipamento de construção, mecânicos e tudo quanto é objeto que você possa imaginar. Até mesmo um Trike Aéreo estava guardado no mini galpão. Aquele lugar era um parque de diversão para a família.

Seguindo o Erich, subi as escadas que dava no quintal e logo em seguida a porta da sala. A primeira a me dar boas vindas foi a integrante mais nova da casa, a gata Laika. Deu duas voltas no meio das minhas pernas e já voltou a brincar com os panos do tapete. Na cozinha preparando o almoço estava Tânia. Alta, simpática e com um sorriso fácil, me abraçou e pediu para que eu me acomodasse. Me senti também um integrante da família.

Tânia voltou para a cozinha e preparou o pernil que colocara na assadeira depois da entrevista. Quando terminou, puxou seu cinzeiro, acendeu um cigarro e iniciamos uma conversa paralela. Ficamos aproximadamente 30 minutos falando sobre gestão pública da nossa região, assunto que nos cativa até hoje. Quando finalmente chegamos à pauta do Juquery, a feição de

Tânia mudou, ela respirou fundo e se concentrou. Naquele momento, ligo o gravador e dou início à entrevista. A partir desse ponto, escrevo as histórias vividas por Tânia Bonvicini durante décadas como funcionária do Complexo Hospitalar do Juquery.

A mudança rumo à loucura (Tânia Maria Bonvicini)

O café estava coando, os pássaros cantavam e eu já me ajeitava para mais um início de semana, com dias e mais dias de muitas atividades para entregar. A praça do bairro, a conhecida Vila Ramos, sempre dava o ar da graça com a linda vegetação quando eu saia para trabalhar e isso me fortalecia.

Em 1985 as coisas não eram muito diferentes que as de hoje. As pessoas comentavam sobre trabalho sempre pensando o quanto teriam de lucro. Meu pensamento fugia desse ideal. Estava no sexto mês como professora eventual na escola Benedito Fagundes Marques, no centro de Franco da Rocha, e com a metade de um ano letivo descontente com o que fazia, senti que era a hora de mudar. Certo dia, cansativo por sinal, eu estava separando as atividades para o dia seguinte de aula quando ouvi falar que o Juquery abriria um concurso. Ao escutar a proposta senti que de fato poderia me encontrar profissionalmente, ainda mais cuidando de pessoas.

A vaga era pra auxiliar de laborterapia. Fui pesquisar para saber mais sobre e tratava-se de um tratamento de doenças psicoemocionais através do trabalho. Uma espécie de terapia ocupacional, onde os atendidos aprendiam atividades diárias como colheita, costura, entre outras práticas. Vi que poderia exercer a profissão e chegar na satisfação que buscava há anos, então decidi prestar. Passaram alguns meses que prestei o concurso e saiu a primeira lista de aprovação. Inicialmente, no mês de março foram chamados 50 pessoas, eu havia ficado em 51° e só em agosto, na segunda chamada, fui convocada.

O Juquery realizou o chamamento dos novos funcionários de imediato. Essa pressa era devido ao rápido número de pessoas que se aposentavam ou não aguentavam mais trabalhar no local. Da década de 80 para trás, a fama do que acontecia nos pavilhões não era das melhores. Nós, os recentes contratados, éramos todos jovens e eu, por exemplo, estava no auge dos meus 21 anos. Mais da metade dos convocados do meu grupo tinha medo, reflexo até mesmo da nossa inexperiência na área.

Os funcionários da primeira chamada tiveram a oportunidade de escolher aonde trabalhariam, e nós, da segunda, não tivemos a mesma sorte. Consequentemente sobrou o pior para quem chegou depois, e a nossa sensação era de que passaríamos poucas e boas com as propostas de local de trabalho. Não estávamos errados. Ficamos com as duas piores partes do Juquery para trabalhar, sendo elas, a Segunda Colônia Feminina e o Nato (Núcleo de Atividade e

Terapia Ocupacional). Como o hospital era alto sustentável, eles aprendiam no Nato a carpir, fabricar produto de limpeza, tecidos e plantar. Essa era uma parte da Laborterapia.

Chegou então o primeiro dia, éramos um grupo de 25 pessoas com um calor intenso. O suor escorrendo em nossas testas era uma mistura de tensão, ansiedade e o sol forte. Eu não estava tão apreensiva como grupo. Da entrada do Juquery, notamos uma grande poeira pela estrada de terra, era o cartão de visita do ônibus que nos levaria até o manicômio e futuramente ganharia o apelido nada carinhoso da nossa parte de Jabatiraca. No caminho, eu olhava o ambiente pela janela notando o espaço agonizando por ajuda. Quando chegamos à colônia, o baque foi ainda maior. Estava tudo abandonado, sem banheiros, sem manutenção e fezes de pombos em excesso. Fomos largados à própria sorte, sem orientação alguma. Apenas descemos, a Jabatiraca se foi e ficamos tão perdidos quanto um paciente recém-chegado.

Enquanto iniciávamos conversas entre nós para buscar uma solução, perdemos totalmente o foco quando olhamos ao redor do pátio e cerca de 250 pacientes, todos homens, estavam em sua maioria completamente nus. Nesse momento, cinco pessoas da equipe voltam a pé pela estrada de terra, anestesiados, para pedir exoneração do cargo.

Nós que ficamos, decidimos que para começar a trabalhar devíamos ter um mínimo de condições, começando pela limpeza dos banheiros, para nosso próprio uso. Sem água, rodamos por vários setores buscando alguma espécie de cisterna e quando encontramos água de reuso, fomos ao banheiro externo da colônia. O cheiro era insuportável, moscas faziam a festa nas fezes que estavam por todos os lados, da parede ao chão batido.

Apenas no fim da primeira semana tivemos a oportunidade de conversar com a Terapeuta Ocupacional, Tereza Baiana, que nos designou atividades práticas da nossa área. Nesta reunião descobrimos que os atendidos ficavam pelados, pois não havia quem orientá-los a usar roupas. Eles achavam melhor ficar assim, para que o mau cheiro não fosse maior, aliás, não usavam nada para se limpar quando iam ao banheiro, além de ter quase todos os dentes podres. Escova de dente era luxo. Todos esses e mais outros problemas estavam totalmente ligados à falta de bem-estar dos pacientes, que não tinham mais ânimo para se recuperar.

Nada deixa uma pessoa mais doente do que o abandono dos parentes e isso era muito comum no Juquery. A primeira ideia para reabilitá-los foi reativar o campo de futebol, onde a grama virou mato na altura do joelho. Quem nos ajudou no projeto foi a também recém-chegada professora Marilda.

Depois de meses, no final de toda essa adaptação, apenas 12 do nosso grupo sobraram. A

vontade de mudar a vida daqueles que eram vistos como descartáveis pela sociedade foi a semente que manteve a força dos que permaneceram. Os pacientes viviam apenas com comidas e remédios e, ao contrário do que muitos pensam, não tinha quem sentasse com eles para saber seus medos, sonhos e o que de fato desejavam. A minha turma, com certeza, chegou ali pra mudar o estado do Juquery.

Como eu era nova nos pavilhões, buscava conversar muito com antigos funcionários para saber mais sobre os internos. Em um dia nublado parei em frente ao pátio e comecei a observar um por um, assim vendo os comportamentos de cada paciente. Um deles ficava separado dos outros por escolha própria. Ironicamente, também parecia observar seus colegas da colônia. Sempre de pernas cruzadas, apoiava o cotovelo do braço direito na coxa esquerda e com a mão fechada, dava socos leves na própria cabeça. Suas unhas viviam pretas e ruídas, enquanto os calcanhares eram rachados.

Era difícil chutar uma idade, seu rosto era de menino bem novo. Antônia, uma funcionária bem das antigas, parou do meu lado e disse: “Cuidado com aquele, ele come orelhas...”.

Minha primeira vontade era de dar risada, não sei se pelo humor ou para disfarçar o desespero. Parecia piada ou uma história que acabara de sair de um filme de terror. Comecei a reparar que dezenas de pacientes não tinham um pedaço da orelha, e na mesma hora meu corpo gelou. Dias antes, ele atacou uma paciente que, ao chegar perto demais, teve a orelha arrancada em uma só dentada. Por azar dele e sorte nossa, foi a última vez. O mordedor teve todos os dentes extraídos, sem nenhum tipo de anestesia, e seus gritos faziam ecos até mesmo nos pavilhões desativados. Meses depois, foi transferido para outro manicômio aonde veio a falecer em consequência de uma crise pulmonar.

As boas vindas dos pavilhões desativados (Tânia Maria Bonvicini)

Seguimos conhecendo não só os pacientes, mas também cada setor dos pavilhões. Histórias de atividades paranormais em setores desativados se espalhavam pelo Juquery facilmente, eu sempre desconfiei dos relatos, até o dia em que junto com a minha equipe presenciei o que é bem difícil de tentar explicar. Em datas comemorativas sempre preparávamos festas para ajudar ressocialização dos internos e o mês era junho de 1986, a famosa festa junina chegava. Arrecadamos alimentos para preparar as comidas típicas e, entre os mais pedidos pelos pacientes, sempre era o bolo de fubá. Preparávamos tudo na cozinha do Hospital Central do Juquery.

Fomos para a padaria da cozinha depois do expediente, pois era o único momento em que o local ficava livre. A padaria por si só já era assustadora. Todas as paredes eram escurecidas pela lenha que era usada nos fornos e mais da metade das lâmpadas estavam defeituosas, a maioria parecia uma exposição de teias de aranhas, o que deixava o local ainda mais escuro e tenebroso. Quase meia-noite e enfim terminamos de fazer todos os bolos de fubá. Levamos tudo para a sala de atividades, cobrimos os bolos e estávamos voltando para bater o cartão. No caminho, tínhamos que passar pelo corredor dos pavilhões onde ninguém gostava de chegar perto e foi nesse dia que eu comecei a entender o porquê.

Do fundo do corredor, tínhamos uma visão que acabava completamente a dois metros à frente, os 200 metros eram de completa escuridão. Mesmo com todo setor desativado, as portas tinham que ficar trancadas para a segurança de todos os funcionários e pacientes, para que ninguém se escondesse por lá. Ligamos as lanternas e começamos a andar sem pressa. No pavilhão C3, que ficava um pouco à nossa frente, escutamos duas lâmpadas estourando e portas batendo sem parar.

Todos travaram por alguns minutos no corredor, questionando o que poderia estar fazendo

isso em um pavilhão que estava desativado há mais de 10 anos.

Quando as sequências de batidas aumentaram, ouvimos móveis sendo arrastados e no mesmo momento não sobrou um parado, o desespero tomou conta. Jean, um dos nossos integrantes, no desespero da correria deslocou o tornozelo ao enroscar o cadarço em um arame que segurava o portão de entrada da galeria.

Chegamos à administração para contar o que aconteceu, ao contrário do que pensávamos, não desconfiaram da veracidade dos fatos e reforçaram que não fomos os primeiros a fazer a mesma reclamação, não havia nenhum móvel nos pavilhões e o arame na porta nunca foi colocado por algum funcionário. Aquilo me deixou tão amedrontada que o choro foi automático, não queria acreditar no que presenciei. No fim das contas nunca mais fui trabalhar durante a noite.

Nas noites seguintes, sempre quando chegava a hora de dormir, eu me lembrava da cena, caminhava até a sacada de casa e fumava para me distrair. Foi difícil. Tentava imaginar o que podia ter acontecido no local nas décadas passadas para tantas coisas perturbadoras não abandonarem os corredores do Juquery. E para ter essas imaginações não precisava criar algo na sua cabeça, o desenho nas paredes de diversos espaços do manicômio fazia esse trabalho por você.

Marcas de unhas e partes das paredes sem rebocos com as cabeçadas, chutes e murros dos pacientes era a chave de entrada para trabalhar seu processo criativo.

De mulher para mulher (Tânia Maria Bonvicini)

Em 1991, fui transferida para a Colônia feminina, onde eu senti uma das principais mudanças da minha vida. Acostumada a cuidar de homens, eu estava familiarizada com um padrão de tratamento totalmente voltado a eles. Os pacientes homens do Juquery eram de pouca conversa e dava pra contar nos dedos quem gostava de abrir um diálogo ou tagarelar pelos cantos. Eles também eram selecionadores. Não davam um passaporte de viagem por seus mundos, assim, de graça ou de lambuja. Porém, depois que se apegavam a nós, nos considerava como uma filha e nem sequer tocava em nós sem a nossa permissão.

Eu nem cheguei a precisar de dias dentro da Colônia Feminina, horas já foram o suficiente para ver que toda a visão que generalizei sobre qualquer que fosse o paciente, estava completamente destorcida. As mulheres do Juquery eram bastante sentimentais, sempre procurando encostar, pegar em você e em certos momentos chegava a incomodar muito. Esse incômodo não era por desgosto, mas sim por tristeza. Nós víamos que aquela carência era a saudade ou vontade de ter uma família por perto. Muitas diziam em voz alta, olhando para o céu ou para os muros, nomes que nós tentávamos deduzir se seria um amor, um filho, um pai ou uma mãe. Eu chorei ao chegar na colônia por diversas vezes, porque eu sou mãe e sei o quanto minha família me mantém de pé. De mulher para mulher, a ligação e sintonia são milhares de vezes mais fortes, talvez por isso pensei em abrir mão do meu trabalho por achar que não conseguiria aguentar. E mesmo com o coração apertado, persisti.

A adaptação foi em menos de um mês, e aos poucos, senti que poderia ajudá-las cada vez mais. Chegou uma festa na colônia e resolvi levar meu filho, o Erich. Não havia quem cuidar dele, aliás, ele era tranquilo e não traria problema algum. Depois de caminhar bastante com ele no colo, cheguei exausta na comemoração da páscoa. Coloquei o Erich no chão para arrumar a roupa toda torta. Quando levanto a cabeça, reparo no olhar emocionado de muitas delas, a felicidade por estarem vendo uma criança depois de tanto tempo.

Foi emocionante. Muitas pediam para segurar meu filho e eu deixava, sabendo que aquela atitude deixaria marcas no coração de cada uma delas. Os dias continuaram a passar, e tive o primeiro contato com Luzia, uma das pacientes mais problemáticas do setor. Sofria de epilepsia, o que tornava seus distúrbios psicológicos frequentes. No mesmo dia em que completei três meses na colônia, estava em uma sala com as alunas que receberiam atividades da laborterapia e

notei que Luzia estava olhando do canto da porta, ainda meio tímida. Me causou bastante estranheza por ela ser muito resistente a atividades e, pelo mesmo motivo, não perdi a oportunidade de convidá-la para conhecer pela primeira vez a terapia.

Luzia, sem expressão alguma, caminhou até a minha mesa, cruzou os braços e me encarou por alguns segundos, em seguida, perguntou: “Você tem um filho, né?”. Foi a primeira vez que escutei a voz dela e com tão poucas palavras foi possível sentir uma mistura de rancor, medo e saudade na pergunta dela. Afirmei que sim, tinha um filho, de nove anos. Ela começou um questionário, perguntando se meu filho gostava de mim, se sempre estávamos juntos, entre outras questões. Quando acabou, perguntei o por quê das perguntas e ela respondeu. Luzia tinha um filho de mais ou menos 25 anos na época e não o encontrava há muito tempo. Sem muito detalhe da história, fiquei ainda mais curiosa e fui à área administrativa pesquisar no prontuário de Luzia como ela foi parar no Juquery.

Luzia foi casada por anos e aparentemente tinha uma vida normal. Sempre escutava boatos pelo seu bairro, que todas as vezes que o marido dizia que chegaria mais tarde do trabalho, na verdade estava indo se encontrar com uma amante. Luzia por muito tempo custou a acreditar, mas após horas sem notícia do marido, se revoltou e foi em busca da verdade. Esperou o expediente do dia seguinte para seguir o marido, vigilante, da porta do trabalho até o possível destino. E os boatos estavam certos, ele cometia adultério com uma colega de trabalho.

Uma crise impregnou o casamento. O marido de Luzia passou a violentá-la moralmente, destruindo o psicológico da companheira e colocando o próprio filho contra a esposa. Sem apoio de amigos e familiares, Luzia perdeu a cabeça e foi internada no Juquery por um homem que conviveu por mais de 20 anos.

Com os problemas psicológicos cada vez maiores, Luzia levava muitos tombos quando convulsionava. O cabelo curto deixava mais evidente as marcas de cortes em sua cabeça, cada um para uma queda diferente. Depois que soube da história de Luzia, eu passei a dar uma atenção ainda maior pra ela. Quando iniciou a laborterapia, descobrimos o talento dela para bordar. Seus trabalhos eram incríveis e todo mês muitos funcionários passaram a pagar pelos seus panos. Finalmente, a reinserção social de Luzia começa a caminhar. Sabíamos que mesmo com a constante melhora, ela nunca mais teria uma família pra chamar de sua ou apenas uma vida sem a nossa ajuda.

Eu, particularmente, todas as manhãs olhava minha casa, meu filho e meu marido sempre com o sentimento de gratidão, porém confesso que todas as vezes me lembrava de Luzia,

sentindo que tinha o dever de ajudá-la a amenizar a dor do abandono de quem mais amou.

Juquery Europeu (Tânia Maria Bonvicini)

Chatisse e agressividade andavam de mãos dadas na personalidade do paciente italiano Lorenzo Cerrato, que havia chegado há anos transferido do Manicômio de Cocais, em Minas Gerais. As mãos e dedos dos pés eram atrofiados, sequelas que não sabíamos ao certo de onde poderiam ter vindo. O que ele também não nos ajudava a descobrir, sempre quieto e com um olhar indecifrável. Se alguém se aventurasse a sentar do lado dele para tentar tirar alguma informação, era recheado de uma mistura de palavrões italianos e brasileiros, isso se não ameaçasse dar umas bofetadas. Ninguém nunca compartilhou o que dizia o prontuário de Lorenzo. Foi quando aproveitei o curto período em que trabalhei no setor administrativo para averiguar a verdadeira história do misterioso velho.

Fui ao balcão da administração ficar jogando conversa fora enquanto queimava mais um cigarro e tomava um café. Quando deu o horário de almoço dos funcionários, eu fiquei para aproveitar o tempo e analisar a documentação do italiano nos prontuários. Abri a gaveta com a letra L estampada e comecei a passar as pastas, uma por uma com o dedo polegar segurando as

que já foram e o indicador puxando as que estavam por vir. A poeira era grande. Depois de quase 10 minutos, estava lá a pasta do estrangeiro, com todas as informações. Lorenzo foi um soldado da campanha italiana na segundo guerra mundial, em 1944, ainda jovem na época, foi atingido por uma grada que cravou estilhaços em suas mãos e pés, o que respondia os traumas e sequelas. Foi um dos sobreviventes no meio de cerca de 60 mil soldados aliados mortos na Itália.

Eu não conseguia acreditar que um soldado da segunda guerra mundial, sobrevivente em seu país, não tinha nada, sem família, dinheiro ou apoio do governo italiano, vindo parar no Juquery. Qual era o nexo dessa história? Acionei uma amiga minha, Izabel, Assistente Social da casa. Ela firmou um compromisso em me ajudar a saber o que de fato tinha acontecido com Cerrato. Buscou informações e não encontrou nada, nem quem o internou, nem muito menos como chegou em Minas Gerais. Izabel fez uma documentação e encaminhou para o Consulado Geral da Itália no Brasil. Foram meses sem respostas e chegamos a achar que não receberíamos retorno.

Até que um dia, enquanto descascávamos batatas na sombra do pátio por conta do calor da cozinha, vimos duas veraneios chegando pela entrada principal. Uma da Polícia Federal e outra do Consulado. Os agentes foram direto ao setor administrativo conversar com Tereza e outros responsáveis. Chegavam para buscar Lorenzo e dar os devidos direitos ao soldado. Levaram Lorenzo de volta para a Itália depois de muitos anos, garantiram aposentadoria para ele e encontraram seus irmãos. Apesar de tudo ter mudado na vida do italiano, ele não conseguiu se adaptar novamente à sua terra natal e, com o próprio dinheiro de sua aposentadoria, voltou anos depois para uma clínica particular no Brasil.

Lorenzo Cerrato não foi o único estrangeiro que teve uma história dentro do Juquery. Na colônia mista, em 2001, havia um português que andava sempre acompanhado de seus cachorros, esse era João Mário Perez. Para onde ele caminhava, seus fiéis escudeiros de quatro patas seguiam-no. Perez andava carregando uma lata de óleo de 20 litros para usar como assento e fazer sua arte com arames. Não conversava, era arrogante e, para convencê-lo a tomar banho quando seu odor já estava atrapalhando a convivência, era uma luta.

Certa vez, mais uma visita da Polícia Federal movimentou o hospital. Em mãos, os agentes estavam com um mandato de busca a Perez. Assustamo-nos bastante e foi quando nosso diretor revelou que na época da ditadura militar, Perez foi barbeiro no centro da capital paulista e fez do seu estabelecimento ponto de encontro para os protestantes contra o regime. Quando a barbearia foi descoberta, ele fugiu, e para não morrer, se fez de louco no interior paulista. Dias depois estava sendo internado como indigente no Juquery. Perez foi levado pela polícia apenas para encerrar seu processo e no mesmo dia estava de volta. Com seus cachorros, arames e talento

nas mãos.

Medo epidêmico (Tânia Maria Bonvicini)

Com tantas coisas que vivenciei dentro das instalações do Juquery, me tornei uma pessoa que foi perdendo o medo gradativamente. Nem mesmo os ratos que cruzavam nossos caminhos, as baratas que dividiam os quartos com os pacientes ou os barulhos inexplicáveis em momentos importunos arrepiavam nossas espinhas como no começo. Se você não se cuidar, não consegue mudar o Juquery, mas o Juquery muda você. Mesmo com o medo estagnado e se engessando cada vez mais, ele nos trouxe a realidade com uma Epidemia que até hoje ninguém sabe ao certo a sua causa. O calor do verão e a umidade da vegetação ao redor da Colônia Feminina formavam o pior clima possível para mais um dia de trabalho. Antes do meu expediente choveu um pouco, o que me fez separar uma segunda roupa. Em dias de chuvas, a estradinha para chegar ao trabalho surrava muito as roupas dos que subiam na bota. Estava pensativa, parecia pressentir que as coisas mudariam e não para melhor. Chegou na entrada, cumprimentei Sr. Armindo, nosso controlador de acesso, e caminhei até minha sala para ver as escalas para a laborterapia da semana.

Enquanto separava as atividades por turmas, vejo enfermeiras caminhando rapidamente para o prédio central. Preocupada, fui ver o que estava acontecendo e, chegando no local, o semblante de susto das mulheres da limpeza era tão nítido quanto os gritos dos internos que ecoavam pelos corredores. Os olhos de Vanderléia, a paciente que recebia o atendimento depois de desmaiar, estavam revirados assim como sua língua, que graças à agilidade das enfermeiras não a sufocou. A saliva escorria no canto da boca e os pés estavam tão duros quanto os fechos das trancas enferrujadas dos quartos. Encaminhada ao hospital central, Léia, como era chamada por nós funcionários, ficou em observação por dias. Cenas assim aparentemente eram comuns, mas todos, sem exceção, sentiam que alguma coisa estava errada. Nos dias seguintes, diarreias e vômitos passaram a tomar conta de quase todo pavilhão. O odor e a sujeira eram inexplicavelmente insuportáveis. A febre era apenas a ponta do iceberg do que estava por vim, uma epidemia desconhecida.

Depois de muito tempo voltei a sentir medo. Cada vez que o relógio tinha uma volta no ponteiro, eram casos e mais casos aparecendo pela colônia. Em um mês, dos 270 pacientes do leito, 180 adoeceram e alguns diabéticos e hipertensos vieram a óbito por complicações que a epidemia causava. Foi, sem dúvidas, o período mais cansativo que nós auxiliares da laborterapia passamos dentro do Juquery. Com o grande número de demandas no atendimento médico e limpeza dos quartos infestados de fezes, urina e secreções, tivemos que nos desdobrar para ajudar enfermeiros nas aplicações de medicamentos e botar a mão no esfregão com o pessoal da

limpeza.

Magda foi uma das mulheres mais ativas e queridas dos funcionários responsáveis pela higiene do Juquery. Trabalho que não é fácil em um ambiente limpo, imagina em prédios com banheiros onde era normal encontrar chinelos dobrados no fundo dos vasos, para impedir que ratos chegassem perto da cama, ou até mesmo panos que as mulheres usavam no lugar de absorvente jogados pelos quatros. Quem trabalhava nessa área, precisava muito de uma renda e não tinha muita opção. No auge da epidemia, Magda decidiu ficar até um pouco mais tarde no trabalho para adiantar as tarefas do dia seguinte. A noite chegava ao fim e a exaustão passou a tirar de forma silenciosa a atenção da funcionária. Após limpar os refeitórios, até então a última tarefa, caminhou pelos corredores de acesso à saída, virou à direita em direção aos pavilhões e notou que um dos quartos das pacientes que estavam na enfermaria não tinha condições de uso. Decidiu limpar.

Após 40 minutos de um intenso trabalho, no término da higienização o suor escorreu por sua testa e, enxugando com o antebraço direito, Magda observou de perto o próprio erro. Enquanto caminhou pelos corredores para ir embora, havia tirado as luvas e esqueceu de colocá-las de volta, resultando nas mãos expostas aos excrementos do quarto. Ela correu pelos corredores até a lavanderia, lavou as mãos e usou tudo quanto era tipo de produto. Sem sucesso. Três dias depois, Magda estava internada. Dai por diante, começamos a queimar todas as roupas que usávamos no expediente, por ordem da diretoria. Como não descobriam o que poderia estar acontecendo, a última coisa que queriam eram mais funcionários adoecidos. Talvez não pela preocupação com nossa saúde, mas sim com receio de que com poucos funcionários, não conseguiriam segurar a onda.

O natal estava chegando e, como de costume, enfeitaríamos todos os setores do Juquery. Neve simulada com isopor, faixas vermelhas e frases do espírito natalino tomavam conta de todos os espaços. A equipe se reuniu para saber se traríamos alguma novidade nos enfeites do natal de 1988, e por onde começaríamos. Em meio à conversa, percebemos que nunca tínhamos feito alguma decoração nos porões do hospital. Talvez nunca passou em nossas cabeças essa ideia, pelas histórias horríveis do que acontecia por lá. Na verdade, não sei se devo intitulá-las como histórias, mas sim lendas. Muitas asneiras saiam da boca de quem já esteve no lugar mais protegido do manicômio. Não sei se pelo meu prazer ou desprazer, topei em mudar a cara do local na data mais representativa do ano.

No dia 3 de dezembro desci para conhecer o local e ver o que poderíamos fazer. Tudo era muito semelhante a um labirinto, chegava a ser tão confuso quanto o jardim de Hatfield House na Inglaterra. Se não memorizasse onde estava indo, inconscientemente se perdia. No final das

contas, o local não chegava a ser perturbador, mas dava arrepio, e de fato poderia ser um ótimo cenário para um filme do gênero de terror. Essa visita foi fichinha comparada à sensação que tive ao conhecer o laboratório de anatomia. Não gostava daquele lugar. Imagine um açougue, só que no lugar de galinha, boi e porco, eram órgãos humanos em potes para estudos.

Isso era totalmente legal. Pacientes que morriam no Juquery tinham suas entranhas estudadas em processos medicinais e científicos. Existiam tambores que batiam no meu umbigo, completamente cheios de cérebros. Não suportei observar o restante, apesar de ser muito curiosa, e prometi pra mim mesma que nunca mais colocaria meus pés naquele lugar.

O começo do fim (Tânia Maria Bonvicini)

As sequelas das longas caminhadas na estradinha de terra do Juquery começaram a aparecer. Uma hérnia de disco se manifestou em 1989 e seis anos depois, mais uma vez. Comecei a ser cobrada pela minha família para abandonar o Juquery. A revolta foi em vão. O problema sempre foi que eu era louca, tanto quanto os pacientes, por aquele lugar. Não me via fora de onde eu já esperava que fosse criar uma história de 32 anos de carreira. O tempo foi passando e os Centros de Atenção Psicossocial, Residências Terapêuticas, Núcleo de Terapia Ocupacional, entre outros métodos, passaram a surgir. Esse era o período em que a luta antimanicomial passou a ganhar força, buscando mudanças dos serviços de psiquiátricos no país, para que os pacientes passassem a ter uma vida normal fora de um manicômio.

Recebi o convite de uma nova diretora do Juquery para fazer um projeto parecido com os ideais do antimanicomial. Aceitei. Começamos desativando a casa da costura para fazer a primeira residência terapêutica da região. Lá não seriam mais "internos", mas sim pessoas normais buscando a reinserção social em sua própria casa, onde cozinhavam, saiam para trabalhar e tinham nosso apoio para qualquer atividade que tivesse a nosso alcance. Pela primeira vez, não observei mais o sofrimento estampado no rosto de alguém que vivia no Juquery. Essa sensação foi inexplicável. Passei anos e anos vendo que a sociedade tem uma facilidade incrível de descartar seres humanos como se descarta lixo na rua para a coleta toda segunda, quarta e sexta.

Tive a oportunidade de trabalhar em vários setores, entre eles o feminino, masculino e o administrativo. Pude entender em 32 anos de Juquery que quando te falta uma família, sua vida pode ir por água à baixo. Negros, nordestinos, estrangeiros e pobres formavam (ou pelo menos tentavam) entre si as famílias que alguns perderam, outras esqueceram e assim por diante. Foram experiências boas e ruins, sai de lá sabendo que o que eu pude fazer para melhorar a qualidade de vida do paciente eu fiz, até meu último dia de trabalho.

O Pintor (Jorge Henrique E. Ramos)

Estava no meu primeiro ano do estágio em jornalismo, pela Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. Era dia 27 de novembro de 2015, quando ao chegar na minha mesa do trabalho

havia uma pauta me aguardando. Tratava-se da cobertura que eu teria de fazer do aniversário de um ano da nova unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade. Preparei a câmera, guardei meu bloquinho e fui. Logo na entrada da unidade, uma rampa levava até a porta do centro. Pétalas de diversas flores cobriam o elevado e, ao lado esquerdo, estava a placa com o nome que levava o CAPS, Luiz Marcelo Mazarini Novaes, em homenagem a um enfermeiro que tratou diversos pacientes franco-rochenses com complicações na área da Saúde Mental.

Bexigas e mais bexigas coloriam a parte da frente do Centro. Muitos pacientes cantavam no karaokê, onde sem dúvidas era o ponto mais disputado da festa. Um banquete foi preparado com doces e salgados. Na parte interior da unidade um instituto de beleza local estava realizando corte de cabelo e maquiando a todos que se interessavam. Tudo gratuitamente. Uma moça parou do meu lado e ficou me medindo por alguns segundo, me elogiou pelo trabalho, abraçou-me e caminhou, sem mais nem menos. Comecei a tirar as fotos, o que não foi muito difícil. Os atendidos do CAPS não podiam ver uma câmera que já pousavam ou me pediam para eu ensinar umas funções.

A cada corredor, era um novo amigo que eu ganhava. Fora familiares e funcionários, eram 90 pacientes em trabalho de sanidade mental, termo usado para descrever um nível de qualidade de vida cognitiva, emocional ou tratamento de uma doença mental. Na festa, os atendidos tiveram a oportunidade de expor seus trabalhos, prestigiando a todos que chegavam no local. Uma apresentação musical agitava qualquer um que chegava na sala de exposição. O músico responsável era Severino Batista, de 74 anos, compositor, que recebia atendimento do CAPS desde o início das atividades. Enquanto pegava um depoimento dele, notava que muitos quadros, lindos por sinal, estavam espalhados pela sala de exposição. Assim que terminei minha conversa com Severino, passei a observar obra por obra.

Fui em busca da gerente da unidade, Ana Paula, para saber de quem eram os quadros. Ela pediu apenas para que eu subisse ao piso superior, que minha pergunta seria respondida. Obedeci. Chegando, uma roda de pessoas cobria meu campo de visão e eu não fazia ideia do que estava à frente deles. Cheguei mais perto. Em um tamborete, estava sentado o autor das obras que eu havia observado. Uma boina vermelha, colete preto e camisa social bege por baixo formavam seu traje. Delicadamente dava o acabamento à sua última obra, a sacada do CAPS. Empolgado, ele explicava as técnicas que usava a cada pincelada e todos que estavam ao seu redor se atentavam. Esperei cerca de 20 minutos para o tumulto amenizar e assim, poder conversar.

Me aproximo e vejo, no canto inferior direito do quadro, ele assinar o seu nome: Antônio Rosas Satílio. Apresentou-se para mim apenas como Satílio, o veterano. Nem esperou minha

primeira pergunta quando segurou no meu braço esquerdo, levando-me até a sala direcionada à suas obras. Mostrou pinturas de paisagens, si mesmo e de sua mãe. Todas as obras tinham uma grande ligação com o realismo e o naturalismo. Aos 52 anos na época, Satílio afirmou que a primeira vez que pintou foi aos nove e comentou como foram seus anos de experiência. Ao fim da entrevista agradeceu e ressaltou que esperaria ansioso para ver seu rosto na página oficial da prefeitura. No mesmo dia a matéria foi ao ar e entreguei-a para Satílio, impressa.

Anos se passaram e em 2018 tenho o dever de buscar fontes para descobrir o que de fato acontecia dentro do Complexo Hospitalar do Juquery. Entro em contato com Cristiana Corrêa, apoiadora institucional em saúde mental de Franco da Rocha e uma das supervisoras da Residência Terapêutica (RT) da cidade, para saber sobre um possível atendido da RT que poderia ter passado pelo Manicômio. De imediato ela me responde: “Nosso artista, Satílio!”.

Ao ligar os pontos, me alegro em saber que reencontraria aquele que fez parte do começo de tudo. Empolgado, marco a entrevista com três semanas de antecedência, para o dia 9 de Agosto. Esperava uma ansiedade de Satílio do outro lado. Dito e feito.

No dia entrevista, o pintor que passou de 1994 a 1999 no Hospital Psiquiátrico do Juquery me espera na porta da Residência Terapêutica para contar sua experiência da internação de cinco anos. No rosto de Satílio, um sorriso tímido. Me abraçou com uma sinceridade que nem precisou dizer o quanto estava esperando por aquele momento. Guardou o dominó que estava jogando com amigos na calçada, pegou sua pasta e me chamou para entrar.

Lúzia, uma das funcionárias da casa, estava triturando alho para temperar o frango que horas mais tarde seria o almoço, e Satílio esfrega as mãos ao ver o processo. Depois dos minutos de distração, Satílio me convida para conhecer seu quarto e espalha pela cama as recentes pinturas que produziu, explicando de onde surgiam as ideias. Nesse momento, ele tira de sua pasta uma obra feita à lápis, retratando uma mulher com óculos baixo e sorriso fácil. Era sua mãe. Ao observar a pintura que fez no dia 22 de janeiro de 2008, Satílio começa a contar sua história. Aproveito a empolgação, ligo o gravador e dou início à entrevista.

O menino de Bauru (Antônio Rosas Satílio)

Meu melhor amigo de infância foi um trator de plástico que não saia da minha mão. Com ele, eu sempre corria para brincar nas ruas de terra em Bauru no interior paulista. Amigos de rua eu tinha poucos, acho que por ser quieto e não querer muito papo, sempre diziam que eu tinha um parafuso a menos. Talvez em 1970 já estivessem certos do que seria o meu futuro. Sem amigos e só com um trator como meu único brinquedo, tinha que procurar novas formas de me divertir. Sozinho, eu buscava sempre os maiores cupinzeiros para fazer deles meu trono e quem se atrevesse a cruzar meu caminho levaria balões de água na cabeça. Meus pés estavam sempre vermelhos e cheios de feridas, causadas pelos pedregulhos que encontrava pelo caminho. Não adiantava usar chinelos, eles não eram meu forte e, mesmo se fossem, minha família não teria dinheiro para comprar pares de qualidade que resistissem a mais de um dia nas ruas de Bauru.

Chegar em casa no fim da tarde, sem dúvidas, era a parte mais difícil do meu dia, por diversos motivos. Uma das poucas feitas com barro no famoso pau a pique, minha casa era só um reflexo da humildade da minha família. Tínhamos um fogão à lenha, que uma vez pintei de vermelho para parecer com o fogão à gás do meu vizinho. Minha cama foi feita pelo meu pai, Olávo, com palha e saco de milho. Não era super confortável, mas me tirava do chão de terra batida que muitas vezes recebia visitas de escorpiões e aranhas. A calma por estar longe dos bichos durante a noite acabava quando escutava minha mãe, Dona Aurora, chorando por apanhar do meu pai bêbado. Se eu ou meus outros dois irmãos intervissem, a pancada era mais forte. Por isso, toda manhã eu só queria que o sol raiasse o mais rápido possível para que eu pudesse ir correndo para rua ficar longe de tudo aquilo.

O tempo passou e eu deixei de ter sete anos. Agora com nove, a disposição de meu pai para

me levar até a roça só crescia. Até que um dia ele pegou seu jumento e me chamou para 1companha-lo até as plantações onde meu dever seria trabalhar no cafezal. O sol estava muito forte, não tinha noção do quanto aquele lugar era quente. Meu pai me deu suas botas velhas, amarrou uma camisa na minha cabeça e me mandou começar a trabalhar, enquanto comia goiaba, sentado debaixo de uma árvore.

Não precisou de muito tempo para minha mão começar a cortar com os fiapos de madeira que saiam do cabo da enxada. Quando eu erguia a cabeça para respirar, meu pai dizia para eu continuar. Se eu dissesse que não aguentava mais, as consequências seriam as piores possíveis. Passavam-se mais ou menos três horas e meu pai me chama. Diz que meu trabalho ficou porco e eu tinha que aprender a ser um homem de verdade. Não cheguei a apanhar, mas comparado ao que viria nas horas seguintes, eu preferia ter levado uma surra. Tive que ficar do lado de meu pai acompanhando passo por passo de como era feita a plantação. A cada dez minutos ele recuperava seu folego com três goles de cachaça. No fim do processo, já bem alterado, subiu no jumento e como castigo me fez voltar andando. Com 40 minutos de caminhada, cai de joelhos e meu pai colocou uma corda em meu pé esquerdo para, caso eu não andasse, eu ser arrastado.

Paramos em um bar onde ele passava mais o dia do que em casa. Meu pai me desamarrou e me levou junto para dentro do bar. As paredes do boteco estavam cheias de pôsteres do flamengo. O dono, Raimundo, era nordestino e flamenguista roxo. O balcão cheirava a pinga e as moscam proliferavam nos frangos e linguiças na estufa (bem velha, por sinal). Mesmo cheio de fome pelo dia cansativo, não tive coragem de pedir algo para comer. Era cada cachaça esquisita que eu me assustava ao observar as garrafas de cana com caranguejos, canela e até mesmo bucho de bode. Meu pai me mandou sentar ao seu lado, tirou a cinta que segurava o facão e o chicote do jumento, abriu os botões da camisa e pediu a pinga mais forte do estoque. Bebeu seis dozes e em seguida pediu para Raimundo um copo com dois dedos de águas, misturou pinga e falou para eu beber.

Eu sabia que se recusasse, não seria perdoado. Aquilo seria uma vergonha para ele que estava cercado de amigos olhando e esperando eu virar o copo. Na primeira, minha garganta ardeu e vomitei. Ele deu um murro no balcão, encheu mais dois copos e me mandou beber de uma vez, sem fazer cara feia. Bebi, mas a cara feia foi inevitável. Meu estômago estava vazio, então parecia que tinha um vulcão me corroendo por dentro. Fiquei por mais duas horas esperando meu pai terminar e torcendo para não me obrigar a beber mais.

Enquanto meu pai terminava de secar a garrafa, notei um quadro pregado no canto superior esquerdo do balcão. Era uma paisagem, quando questionei onde era, Raimundo me respondeu que no quadro estava sua cidade natal, Recife. Fiquei admirando a pintura por horas,

até irmos embora. No caminho de volta pra casa (dessa vez comigo em cima do jumento) uma vontade muito grande tomava meu coração e acho que, ali, foi a primeira vez que senti o verdadeiro amor pela pintura. Chegando em casa corri para o fogão de minha mãe, peguei um pedaço de carvão e comecei a desenhar em uma folha de papel. Quando a noite chegou, coloquei o carvão e o papel por debaixo do colchão de palha, para continuar no dia seguinte. Já no início da manhã voltei ao trabalho, nem sequer para a rua fui. No meio da tarde, minha mãe se aproximou para ver o que eu estava fazendo e se impressionou. Estava desenhando o campo de cafezal que trabalhei no dia anterior.

Todos os poucos dias em que meu pai não me levava para trabalhar, eu ficava dentro de casa aprimorando minhas obras, que apesar de muito bem elaboradas para uma criança de nove anos, não ganhavam atenção dos meus pais. Naquela época, todas as famílias pobres queriam um sustento que trouxesse rapidamente lucro e comida para debaixo do teto, e isso não chegaria se fossem esperar pelo sucesso de meus desenhos.

A primeira internação (Antônio Rosas Satílio)

A pintura talvez pudesse ser minha principal saída da miséria, mas me faltava assistência. Meus pais não me apoiavam e os problemas familiares eram constantes. Minha tia Carmem, irmã de minha mãe, começou a pressionar nossa família para que todos nós parássemos de apanhar e ir para longe de meu pai. Como se essa escolha estivesse a nosso alcance. O principal medo de minha mãe era fugir de casa e não conseguir renda para sustentar os filhos, além de ficar sem um

teto. Quem nos sustentava em tudo era meu pai. Quando as coisas começaram a piorar e o álcool tirou meu pai do eixo mais do que o normal, passou a faltar comida. Eu não podia ver mais minha mãe passando fome e meus irmãos mendigando um pedaço de pão para meus vizinhos. A primeira ideia que tive foi ficar sozinho na beira da rodovia pedindo esmola. Já no dia seguinte comecei a colocar a ideia em prática. Nos dois primeiros dias, consegui o suficiente para minha família ter um café da manhã, mas já no terceiro dia o resultado não foi tão bom.

Eu tinha sido orientado por quem passava para tomar cuidado com as viaturas, pois no primeiro dia eu já havia tomado um sermão de alguns policiais para não ficar na rua. Foi quando, em uma sexta-feira, cheguei ao meu ponto disposto a conseguir um almoço. Sempre usava um tronco velho para ficar sentado, com o braço direito esticado e na palma da mão algumas sementes de laranja. Era uma forma de amolecer o coração de quem aparece para me dar umas moedas. Foi quando uma moça passou e me deu uma sacola de amoras. Depois de experimentar algumas reparei que as pontas dos meus dedos começaram a ficar manchadas, então, o senso de artista falou mais alto, espremi algumas e passei a desenhar no chão. Esqueci por alguns momentos dos meus problemas. E também das viaturas. Foi quando, sem eu perceber por conta da empolgação, uma veraneio parou em minha frente.

Os policiais perguntaram onde eu morava. Respondido, levaram-me até a porta de casa e conversaram com minha mãe por alguns minutos enquanto eu esperava dentro do carro. Eu reparo na cara de assustada dela que, de uma hora pra outra, começa a chorar e gesticular muito. Os policiais pediram calma, encerraram a conversa e voltaram para a viatura. A decisão tomada é que a partir daquele momento eu seria interno da Funabem (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor).

Fui encaminhado para a unidade da Funabem na Av. Celso Garcia, em São Paulo. Na chegada, reparei que era dia de visita. Mais mulheres do que homens, a maioria mães. Comecei a olhar uma por uma e reparar que a pele escura e a roupa humilde eram comuns. Desci da viatura com o pé direito para evitar a má sorte no meu “novo lar”. Levaram-me para uma sala onde um senhor careca e com barba branca me fez várias perguntas. Quando terminou, tirou minhas digitais e pediram para me apresentarem o prédio. A porta era de metal, bem grossa e com dois vigias do lado de fora e um do lado de dentro. Assim que cheguei me deram roupas novas e um prato de comida com arroz, feijão, alface, rúcula e bife. Acho que fazia quase um ano que não

comia um bife. Ao terminar a refeição, fui tomar banho. Foi a primeira vez que usei um chuveiro e mesmo encantado com a sensação, o banho não foi capaz de tirar minha mãe da minha cabeça, nem sequer por um minuto. Quando sai do chuveiro, uma senhora que todos chamavam de Tia Eloize me mostrou meu novo quarto e fui descansar. No dia seguinte, tomei café e assim que terminei procurei a Tia Eloize para pedir lápis e papel. Ela me arrumou todo material das mais variadas cores. Meu rosto não escondia a felicidade de poder finalmente pintar usando os melhores pincéis, tintas, giz, entre outros materiais.

Voltei para o quarto e comecei a desenhar minha rua com todas as casas. Foram horas e mais horas desenhando. Quando o sinal avisou a todos os internos que estava na hora do almoço, eu continuei a desenhar. Tia Eloize sentiu minha falta no refeitório e foi me buscar. Sem eu perceber, caminhou em passos leves e por trás de mim observou boa parte do processo. Quando notei sua presença, ela estava inerte e impressionada. Sentou ao meu lado e perguntou onde eu aprendi a pintar daquele jeito e, quando respondi, ela só balançou a cabeça de forma positiva, dizendo: “Você será um grande artista, Toninho”.

Foi uma das melhores sensações escutar aquilo. Pela primeira vez, estava sentindo toda assistência que me faltou em casa e confesso que dali pra frente, por mais que eu sentisse muita falta da minha família, queria continuar onde estava. Os dias foram passando e as crianças da minha idade começaram a pegar gosto pela pintura através do meu dom. Em menos de um mês quase toda Funabem estava mergulhando de cabeça no mundo artístico. Foram tantas pessoas demonstrando interesse que o papel começou a faltar e a saída que achamos foi colocar nossa imaginação no chão e paredes. Foi um terror para as faxineiras.

Minha mãe me visitava todas as semanas, dizia para eu não me preocupar como as coisas estavam indo em casa. Apesar de ela tentar fazer com que tudo parecesse bem, eu sabia que não estava. Sempre quando ela se despedia, meu coração quebrava, então, prometi pra mim mesmo que sairia da Funabem o mais rápido possível. Mantive meu bom comportamento e com três meses voltei pra casa. Nada havia mudado. Porém meu pai passou a beber menos depois que fui internado, mesmo assim o medo ainda se fazia presente pra mim. Nas primeiras noites depois que voltei para casa, passei a ver algumas coisas diferentes. Enquanto tentava pegar no sono, reparava que no canto da parede do meu quarto, três homens de preto me observavam. Conseguia ver apenas a silhueta, eram altos e sussurravam bastante. Eu não queria comentar com meus pais sobre o que acontecia com medo de ser taxado como louco. De boca fechada passei a notar que as coisas estavam piorando, e a visita dos homens de preto, sendo mais frequente.

Uma semana depois, não aguentava mais guardar aquele segredo literalmente obscuro. Sentia que levava tapas na cabeça e não sabia de quem partia, olhava uma pessoa andando de

quatro no teto e meu coração parecia que iria sair pela boca. Quando o medo começou a fazer parte da minha feição, minha mãe foi procurar ajuda na Funabem. Lá, a instituição conseguiu um encaminhamento para o Hospital das Clínicas. Depois de consultas com psicólogos e psiquiatras, fui diagnosticado com esquizofrenia paranoide. A doença é dita como uma demência precoce, caracterizada por delírios e alucinações. A partir de então fui ganhando tratamento do Governo do Estado. Para desenvolver melhor o tratamento e meu dom de desenhar, em 1975 recebo para estudar no Educandário Dom Duarte Liga das Senhoras Católicas, localizado na Av. Engenheiro Heitor Antônio Eiras García, no Jardim Esmeralda.

Lá passei até meus 18 anos. Nesse processo, meu pai e minha mãe faleceram e acabei perdendo contato com meus irmãos, que também estudavam em escolas especiais. Meu estado psíquico piorou, mesmo assim continuei na luta para crescer no meio artístico. Em 1981, fui jurar bandeira na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu. Erámos mais ou menos 270 jovens, todos com camisas brancas por dentro da calça jeans. O sol era tão forte que ficava difícil não enxugar o suor que escorria pela testa. Não podíamos mudar a postura. Era a cabeça erguida, peito estufado e mãos para trás.

O coronel que comandava a cerimônia tinha cara de poucos amigos. Cabelo baixo no tradicional corte militar, um olho mais fechado que o outro e uma cicatriz que atravessava sua sobrancelha. Nem sequer um cachorro que se aproximou durante o juramento ele perdoou, expulsando o bichinho nos chutes. Um dos jovens perfilados em minha frente não estava num dia muito bom e desfez a postura exigida pelo esquadrão. Aos gritos, dizia que era uma vergonha passarmos por tamanha humilhação, sem ao menos ter direito a um copo d’água. Sorrindo sarcasticamente, o general marchou em direção ao revoltado. Pediu para um dos soldados um galão d’água e chamou o mesmo que reclamava de sede para que se posicionasse no centro da praça.

Tomou em mãos um cassetete e deu de uma vez só nas pernas do rapaz, que de imediato caiu de joelhos. O coronel estendeu o punho com o galão e pediu para o rapaz tomar toda a água que tinha lá dentro. Havia mais ou menos uns 10 litros d’água. O jovem começou a tomar a água bem devagar, mas depois de 1 minuto sua camisa começou a ficar molhada e o coronel gritou para que o revoltado não desperdiçasse. De repente, começou a vazar água pelos ouvidos, olhos e nariz. A água chegou aos seus pulmões. Nesse momento não se ouve um piu em toda a praça. Soldados caminham sem pressa em direção ao afogado e o levam para uma tenda. Não faço a mínima ideia do que aconteceu com ele. Quando o coronel retomou a cerimônia como se nada tivesse acontecido, eu já não sentia minhas pernas de tanto medo.

Fixei meu olhar nele e reparei um vulto preto bem ao lado de seu rosto. Tinha olhos brancos e dentes pontiagudos. Fechei meus olhos por 5 segundos e quando abri, continuava lá. Fechei mais uma vez, contei até 10 e dessa vez sumiu. Terminei de cantar o hino nacional com uma sensação horrível. Olhei para o bloco de perfilados do lado direito e vi mais uma vez um vulto correndo entre eles, com um chapéu de palha e fazendo ziguezagues. Comecei a chorar, não queria mais continuar naquela praça nem por um minuto. Quando acabou a cerimonia, contei sobre o que eu vi e me diagnosticaram com uma piora no quadro de saúde mental. Fui transferido duas semanas depois para o Centro de Atenção Psicossocial de Jordanésia.

Cheguei a Jordanésia acreditado que minha vida não teria jeito. Tudo se resumia em acordar, desenhar, comer e dormir. As imagens do dia do juramento da bandeira também não saiam da minha cabeça e o tormento só aumentava. Voltei a receber atendimento do Hospital das Clinicas nos finais de semana. Era inevitável que isso aconteceria pelo simples fato de todos ao meu redor se assustarem com minhas crises. Como explicar pelo o que eu estava passando, sendo que nem eu mesmo sabia ao certo o que acontecia. A hora de dormir era a mais terrível possível. Meu medo era de fechar os olhos e más lembranças tomarem conta da minha mente. Ao mesmo tempo, eu sabia que se ficasse de olhos abertos, poderia ver quaisquer coisas nos quatro cantos do meu quarto em meio à escuridão.

Em uma noite fiquei desenhando até as 23h e quando o sono bateu de vez, guardei os materiais na minha pasta. Arrumei minha cama, coloquei na cabeceira os comprimidos controlados que eu teria que tomar às 3 da manhã e me deitei. Horas depois de pegar no sono, acordo repentinamente e não consigo me mexer do pescoço para baixo. No meu rosto, só os olhos obedeciam. Nem gritar por ajuda eu conseguia. Quando olho para meus pés, vejo um lado da cama afundado sem ninguém estar em cima. Eu não queria acreditar no que estava presenciando. Uma mão, com unhas pretas e cheias de terra sai debaixo da cama e começa a puxar meu cobertor. Uma lágrima escorre no meu rosto e sinto a cama ficar quente. Mijei nas calças.

Sinto meu pescoço novamente e viro minha cabeça para o lado direito. Vejo mais uma vez o vulto preto, aquele mesmo do dia do juramento da bandeira, agachado de coque e sorrindo pra mim. Meu coração parecia estar a 500 batimentos por minutos e de uma vez desmaio. Acordo minutos depois, com o relógio marcando 4h40. Chamei por ajuda e uma enfermeira me atende. Após ouvir todo meu relato, ela disse que eu apenas não havia tomado meu remédio na hora certa ou, bem provavelmente, tinha passado por uma paralisia do sono. A paralisia do sono

é uma doença comum que pode afetar qualquer pessoa temporariamente, seus sintomas envolvem a incapacidade de falar ou de se mover ao pegar no sono ou acordar, podendo durar de um a dois minutos.

Para me distrair, um dia passei mais de 8 horas carpindo, por opção própria, o terreno do lado de minha unidade. Ocupar a minha mente era a melhor forma de anular imaginações horrendas. O dia estava nublado, mas ao mesmo tempo abafado. Dobrei minha calça até a altura da canela, mesmo sabendo que o terreno baldio era repleto de cobras e aranhas. Deixei uma garrafa d'água em cima do muro que dividia o CAPS e o pedaço de terra onde eu estava. Certo momento minha garganta secou, e quando olhei para o muro a garrafa não estava lá. Já desconfiei de imediato que algo de errado estava acontecendo, só não sabia distinguir se era na minha cabeça ou na realidade. Fechei os olhos, rezei 3 vezes. Caminhei até o muro e vi que a garrafa estava no chão por conta do vento forte que havia chegado. Fiquei aliviado. Conforme o tempo passava e eu presenciava a cada dia coisas mais insanas do que o normal, as consultas com o psiquiatra, Fellipo Daron, passaram a ser mais frequentes. Foi quando tomei coragem para pedir transferência a qualquer que fosse o lugar longe de Jordanésia.

Fellipo disse que me ligaria ainda no segundo semestre de 1994, para dizer se tinha sido possível encontrar uma vaga. As noites foram longas, mal conseguia dormir e percebi que tudo estava bem esquisito, quando já fazia quatro dias que eu não pegava em um lápis para desenhar. Foi quando, no dia 7 de junho, o doutor Fellipo me liga, dizendo que o único lugar com vaga seria o Hospital Psiquiátrico do Juquery, em Franco da Rocha. Mesmo com muito receio do que falavam sobre o Juquery, aceitei a vaga e fui transferido para Franco da Rocha no dia 10 de junho.

Juquery, a última cartada (Antônio Rosas Satílio)

Chegou o dia da minha transferência. Era madrugada, aproximadamente umas 3 da manhã do dia 9 para o dia 10 de junho de 94, quando começo a viagem até Franco da Rocha. Chegando na cidade, atravessamos o famoso pontilhão, Donald Savazoni, que corta a cidade por cima da ferrovia. Estava chuviscando e bem frio. Na entrada do Juquery, tentei ler o que dizia a faixada, mas a janela com gotas me atrapalhou. A estrada até o Hospital Central estava esburacada, tudo balançava muito. Foi quando o motorista freou do nada e abriu a porta. Não escutei a voz deles em 40 minutos dentro do carro, nem mesmo quando me deixou com uma enfermeira na chancela da minha nova casa. Enquanto eu batia os dentes de tanto frio, ela me disse para acompanhá-la até a portaria. Quando entrei, a tranca da porta de frente gelou toda minha espinha. Caminhando logo atrás da enfermeira, viramos à esquerda em um corredor com pouca iluminação.

Comecei a escutar gritos. Em uma das celas, um rapaz gritava para todo pavilhão ouvir o nome de “Jeová”, travei no meio do corredor e a enfermeira pediu para eu me acalmar pois era normal. Toda noite, antes do sonífero que colocavam na janta dele fazer efeito, o homem ficava gritando por vários minutos. Enfim, chegamos no lugar onde eu passaria boa parte dos meus próximos cinco anos. Meu quarto parecia mais uma cela, só que revestida de espuma. A cama estava arrumada e o banheiro era ao lado da cama, em uma bacia turca (privada embutida no chão) onde parecia um depósito de vermes. Sentei na cama e fiz uma reza para garantir que já na minha primeira noite não houvessem perturbações ou visões, aliás, eu estava sem meus remédios e só no dia seguinte poderia passar com o psiquiatra e psicólogo para voltar a ser medicado.

Antes de fechar os olhos, pensei muito em minha mãe até pegar no sono. Se fosse para eu ficar com algo na cabeça, que fosse o rosto dela. Surpreendentemente confesso que foi uma das melhores noites da minha vida. Pareceu que fui tirado da tomada e por um tempo fiquei em outra dimensão. Na manhã seguinte, acordo com um homem alto, ruivo e barba grande, com um jaleco e três comprimidos na mão.

Não sabia o que era, mas como diziam ser para o meu bem, obedeci e tomei. O café da manhã era farto, com bolacha de água e sal, pães, manteiga e requeijão, além de várias garrafas térmicas com chá, café e leite quente. Como o Juquery era alto sustentável, era quase impossível de faltar algo. Tudo era produzido por eles, ainda mais com o trabalho de laborterapia realizado pelos próprios atendidos. Fui para a fila para a primeira refeição do dia, peguei dois pães, duas boladas e chá. Era uma multidão de pessoas e achar um lugar vago para sentar foi bem difícil, quando eu já estava dando a 10ª volta pelo refeitório achei um lugar próximo à janela. Sentei,

ajeitei o cinto da minha calça que me apertava e comecei a comer. Confesso, estava uma delícia, mas tive a infeliz ideia de começar a reparar ao meu redor como as pessoas se comportavam. Um rapaz, negro e com marcas de cortes em todo rosto, mastigava sem os dentes o pão ensopado no leite. Saliva e lactose escorriam pelo canto da boca, enquanto ele cuspia na mesa lascas de pão e colocava na boca novamente.

Não consegui terminar de comer, minha boca encheu de saliva e por muito pouco não coloquei minha comida de volta no prato. Quando levantei, uma enfermeira pediu para eu ficar sentado, pois o sinal de volta para os quartos ainda não havia tocado. No mesmo momento escutei gritos no corredor do outro lado da porta do refeitório, aparentemente era a voz de uma mulher. Não dizia nada com nada, nem demonstrava consciência para isso. Quando as portas se abriram, dois guardas, cada um em um braço, arrastavam a mulher pelo corredor e colocaram-na sentada para comer. Ela tinha cabelo preto e uns quatro dedos de raiz branca. Mordia por diversas vezes os lábios superiores e babava muito. Ela passava as unhas na mesa, que já estavam quebradas e na carne viva pela repetição de vezes que ela fazia isso não só na mesa, mas no chão e nas paredes.

Torci diversas vezes para o sinal soar, isso por que meu principal receio era de continuar vendo as coisas perturbadoras que aconteciam no refeitório e meus antigos medos voltarem a se manifestar. Aguardando o esperado momento de sair daquele lugar, coloquei os cotovelos na mesa, apertei meus ouvidos com a ponta dos dedos e fiz tanta força para não escutar nada, que quando finalmente tocou o sinal, meus dedos estavam dormentes.

Os dias passavam e eu não tinha nenhuma noção de tempo lá dentro. Se eu achava que estava na segunda quinzena de um mês, na realidade estávamos mesmo, só que na segunda quinzena do mês seguinte. Pelas coisas que me diziam sobre o Juquery, eu realmente tinha medo do tratamento que poderia ter lá dentro. Por isso, foi minha última cartada. O atendimento que recebíamos era de uma forma muito padronizada e já sustentada na luta antimanicomial. Os enfermeiros e funcionários trabalhavam da forma mais correta possível. Por mais que para alguns dos pacientes fosse irritante ou intolerável, eu considerava um trabalho difícil de ser feito e, às vezes, a responsabilidade poderia sair do controle com as coisas que aconteciam dentro do Juquery. Aliás, isso acontece em famílias, nos trabalhos e por que não em um ambiente onde a sanidade era rara?

Existiam, sim, funcionários que pareciam ser tão perturbados quanto os pacientes, mas eram poucos. O real problema do Juquery na década de 90 estava em quem vivia no espaço e buscava sempre se sobressair em cima de quem compartilhava o mesmo lugar de convivência. Nós pacientes tínhamos que saber lidar com a situação precária do ambiente, mas nada se comparava ao desafio de não ser enganado por um malandro.

Malandro é malandro, mané é mané (Antônio Rosas Satílio)

Os pacientes homens eram os grandes geradores de problemas no convívio do hospital psiquiátrico do Juquery. Muitos estavam há anos, até décadas, sem se envolver com uma mulher ou sem ter uma relação sexual. Por isso, muitos deles ficavam perturbados. O caminho que achavam para ter uma relação sexual era pressionar os novatos que chegavam. Da mesma forma que acontece em presídios. A violência sexual era difícil de acontecer por sempre estarmos sendo vigiados, mas a moral de quem era submetido a escutar coisas estarrecedoras sempre ficava pior depois que chegavam. No meu caso, eu escutava pelas brechas das portas, uns falando: "Viadinho, você gosta de safadeza, né?", entre tantas outras coisas. A malandragem era uma droga consumida mais que medicamentos psiquiátricos dentro do Juquery e superava essa fase quem se tornava um dos usuários ou quem era muito ligeiro.

Era incontestável que além de termos uma atenção redobrada da parte de funcionários e enfermeiros, eles também faziam o que era necessário para cuidar da nossa saúde. Porém, não se metiam em problemas pessoais entre pacientes. Ou seja, se alguém te provocava de alguma maneira, era dever seu resolver isso. No Juquery você é seu próprio anjo da guarda. Me lembro do dia em que tudo começou a piorar pra mim lá dentro. Eu não tinha essa malícia que a maioria dos pacientes tinha, então, no ponto de vista deles, eu era uma "presa fácil".

Em uma tarde agradável, terminamos o almoço e fomos tirar a famosa soneca da tarde, para depois tomarmos o banho de sol. Era um dos meus primeiros meses no Juquery e eu ainda não tinha amigos. Cheguei no pátio e sentei num banco para começar a desenhar uma moça da colônia feminina que me encantou de primeira vista. Ela foi embora depois de cinco dias que cheguei.

Coloquei no banco três lápis e duas folhas ao meu lado. Estava com uma sensação bem esquisita e não fazia a mínima ideia do que poderia ser. Entre todas as possibilidades que passavam pela minha mente, eu só queria que não fosse aquele mesmo vulto que me perseguiu a vida toda. Comecei a desenhar um esboço e de rabo de olho observo movimentos à minha frente.

Dois rapazes olham diretamente pra mim da entrada do pátio. Minha mão começou a suar. Eu não podia voltar até meu quarto, pois o tempo era contado e se um dos pacientes descumprisse o que foi determinado, o castigo seria severo. Um dos malandros começou a rodear o pátio. Continuar meu desenho ficou para a próxima oportunidade. Eu só queria mesmo era que não chegassem perto de mim. Levantei para ir ao banheiro e ter um tempo para respirar. Caminhei a passos largos e olhando pro chão pra não mostrar meu nervosismo no olhar. Entrei, bati o portão de aço do banheiro e aguardei por uns 10 minutos. Senti ânsia por conta do nervosismo, corri para o vaso mas não cheguei a vomitar. Lavei minhas mãos e joguei uma água

no rosto. Todo esse tempo estive com os olhos grudados na entrada do banheiro.

Tomei coragem para sair. Da mesma forma que entrei, voltei olhando para o chão e quando cheguei no banco meus papéis e lápis não estavam mais lá. Olhei ao redor e vi os dois rapazes que me observavam segurando meus materiais. Sentei e, então, começou um jogo dentro de mim. Não sabia se demonstrava medo continuando no meu lugar. Ou se mostrava atitude, podendo arrumar um grande problema para minha cabeça. Escolhi a primeira opção. Depois do sinal, voltei ao meu quarto sem falar para ninguém o ocorrido. No café da manhã do dia seguinte, sentei onde sempre me aconchegava. Os dois rapazes pegaram seus pães e sentaram bem ao meu lado. Intimidado, me acanhei. Um deles me perguntou se o problema era com eles, respondi que não e eles voltam a se aproximar. O que sentou ao meu lado se apresentou como Aroldo, e o que sentou na minha frente disse se chamar Arthur. Apertaram minha mão e começaram a perguntar sobre minha vida. Eu respondia com sim ou não e tentava deixar nítido que não queria conversar.

Foi quando Aroldo passou a mão na minha perna e eu não aguentei. Quebrei minha caneca no rosto dele e gritei para Arthur sair de perto de mim, rapidamente os seguranças me conduziram até a sala fechada e fiquei em reclusão por uma semana. Até entendo que pode ter sido considerada uma atitude homofóbica, mas eles me desrespeitaram desde o momento em que sumiram com meus materiais. Mal sabia eu que meu pico de estresse me levaria direto para a pior semana da minha vida.

Enquanto eu era arrastado pelos corredores, colocaram um pano nos meus olhos. Não sabia pra onde exatamente estava indo, mas escutava muitos gritos enquanto parecia estar sendo conduzido em círculos. Cheguei a escutar cacetadas que alguma pessoa estava levando bem do meu lado. Escorreguei em algum excremento, me levantaram e continuamos pelo caminho desconhecido. Quando finalmente chegamos ao ponto onde eu ficaria, me colocaram de pé, tiraram minha venda e fiquei parado esperando eles abrirem a tranca de uma porta azul escura de aproximadamente 3 metros. Um dos seguranças me jogou lá com um chute nas costas, foi como seu pudesse escutar todas as minhas espinhas saindo do lugar com a pancada. Ainda no chão, escutei a porta bater e o trinco travar. Fui abrir os olhos apenas uns 10 minutos depois. O espaço era revestido de um piso branco e não havia quinas nas paredes. Tudo tinha formato arredondado para que os loucos mais agitados não se machucassem.

Ao me levantar, comecei a caminhar em círculos, sem motivo algum. Apenas sentia que seria melhor andar um pouco. Depois de alguns minutos, fui para a cama, mas não consegui pregar os olhos. Passaram-se dias e eu não tinha noção de tempo. Ali comecei a pensar em tudo que já tinha passado. A minha sanidade mental nunca foi das melhores, porém eu nunca me considerei um louco. Ver minha mãe apanhar do meu pai, meus irmãos passarem fome, eu ser obrigado a ser um alcoólatra, sentir que fui abandonado, tudo isso me deixava excessivamente cansado em todos os sentidos e se não fosse a pintura talvez minha vida tivesse parado em um

pano em volta do meu pescoço ou uma faca viajando pelos pulsos. Também pensei muito em o quanto as pessoas têm dificuldade em se colocar no lugar do próximo. Em todas as casas de habilitação por onde passei, acho que faltava mais empatia ao próximo que fizesse cada um que cuidava de mim entender que eu queria ter uma vida normal e não estar ali dando trabalho para alguém.

Meu pensamento é interrompido quando escuto três pancadas na base da porta, uma frecha se abre e passam por ela um prato de comida com três comprimidos do lado. Intimaram-me a ficar de pé, de frente para a abertura para tomar os comprimidos.

Tive que levantar a língua e mostrar cada canto da boca como prova de que eu estava medicado. Ajoelhei para rezar antes da refeição, não cheguei a comer nem metade da comida e deitei novamente.

Comecei a ter muitos calafrios e as luzes de todos os setores começaram a piscar. A gritaria foi geral. Tive apenas a ideia de me encolher no canto da cama. A luz caiu de vez e as passadas rápidas no lado de fora da cela davam pra ser escutadas em alto e bom som. Não enxergava um palmo à frente. Também passei a escutar vozes e sentir a temperatura cair. O problema é que eu não tinha a mínima noção do que poderia ser real ou do que poderia ser mera ilusão. Comecei a escutar aplausos e comemorações pausadas, aparentemente era o sinal de que aos poucos a luz voltava nos setores. Quando as manifestações de alegria passaram, meu canto continuava escuro e apenas meio dedo de luz passava pela frecha na parte inferior da porta. Escutei trotes de um cavalo que parecia passear ao meu lado. Meu coração acelerou pois no mesmo segundo lembrei da experiência no cafezal com meu pai. Mesmo sem luz, fechei os olhos e repedidas vezes dizia pra mim mesmo que estava tudo bem. Minhas pálpebras ficaram vermelhas, era sinal que a luz tinha voltado e novamente abro os olhos.

O prato de comida que havia deixado no chão já não estava mais lá e comecei a rodear meu quarto. Ainda sentia muito frio. Foi quando tive a infeliz ideia de procurar em baixo da cama. Quando agachei e me curvei para observar dei de cara com meu pai de bruços. Fiquei em estado de choque, não conseguia me movimentar. Seus olhos estavam totalmente negros e sua pele muito enrugada, de forma que chegava a assustar por fugir da normalidade. Comecei a chorar e tentar gritar por socorro, mas a minha voz parecia estar tão em choque quanto eu e não dava as caras. Escutei mais uma vez três batidas na porta e acordei assustado, do meu lado esquerdo estava o prato da janta e do direito o café da manhã. Eu havia pegado no sono durante a minha reza e tudo não tinha passado de um pesadelo. Eu chorei de felicidade por tudo ter sido apenas um sonho.

Depois de tomar meu café e entregar minha janta sem ter dado uma colherada, mais uma vez escutei o mesmo grito do primeiro dia que cheguei no Juquery. Próximo da minha cela, um homem gritava o nome “Jeová” com todas as forças que tinha. Às vezes ele se engasgava com o

próprio choro. Eu queria muito saber qual era a história desse rapaz, pois dava pra sentir o medo, desespero e solidão em sua entonação. Talvez ele não fosse aparentemente apenas um louco religioso, mas sim alguém que precisava ser escutado por outro alguém.

Nesse mesmo dia, chegaram dois enfermeiros na minha cela e pediram para que eu saísse de lá rapidamente e, caso eu desobedecesse, ficaria por mais sete dias dentro da rotunda. Assustado e com um mau cheiro forte, fui apanhado pelos enfermeiros até a saída do local que era, sem dúvidas, onde o sofrimento morava no Juquery. Dessa vez sem vendas, percebi que havia diversas mensagens nas paredes, escritas em giz e outros materiais. Passei por uma sala bem ao meu lado esquerdo que dava acesso às saídas para os funcionários que ficavam no centro da rotunda. Nesta sala, ficava uma escada em formato de caracol, toda de madeira, que dava acesso à parte superior do pavilhão, onde lá ficavam os guardas de prontidão para evitar eventuais fugas. Enquanto eu passava pelo corredor que parecia nunca ter fim, finalmente passei em frente à cela do rapaz que gritava pelo nome de “Jeová”. Sua cela estava aberta e estavam trocando sua fralda. Ele era negro, com os olhos castanhos claros e um lado da cabeça afundado. Pedi para que os enfermeiros parassem e eu pudesse conversar com o rapaz, mas não tive sucesso.

Quando finalmente chegamos à saída da rotunda, um dos enfermeiros se propôs a contar a história do rapaz dos gritos. Disse-me que o homem chegou como indigente ao Juquery após perder parte da memória em um acidente de carro. Depois de investigarem seu paradeiro, descobriram que ele havia se embriagado após uma briga com a esposa. Pegou seu filho, Jeová, de 8 anos, e o colocou no carro. Sua intenção era fugir para bem longe com o filho do casal, porém o plano foi interrompido após perder o controle em uma ultrapassagem e dar de frente com um micro-ônibus. Ele teve traumatismo craniano, diversas fraturas, e Jeová morreu.

Fiquei completamente sem reação ao saber a verdade. Minha sensação era de angústia por saber que aquele rapaz não era o único dentro do Juquery que tinha seus gritos de ajuda velados junto com sua história. Sem poder ajudar, continuei minha caminhada, porém mais atento a cada um que demonstrasse que precisava ser acolhido. Os anos se passaram e não tive mais distúrbios ou inimizades dentro da colônia. Até que em 1999 o psiquiatra Carlos Avelar me chamou em sua sala depois do almoço. Disse sobre meu grau de melhoras e finalmente havia conseguido uma transferência para a Fazenda São Roque, também em Franco da Rocha. Lá, nós internos poderíamos trabalhar como fazendeiros. Como eu tinha esse sonho, me alegrei muito com a notícia.

No dia 20 de Agosto de 1999, deixo o Juquery com a lição de que tudo que acontece naquele lugar pode morrer com o tempo, mas sempre viverá na memória de quem vivenciou aquela realidade. Cada uma das colônias, prédios e pátios tem um bocado de pensamentos e vidas que, mesmo depois do seu processo de desativação, continuam por lá. Eu posso dizer que

estive por lá e com todo orgulho afirmo que o Juquery não fazia mal a ninguém. Do mesmo jeito que quase tudo que há de ruim no mundo foi criado pelo homem, com o Juquery não foi diferente. O homem corrompeu aquele lugar.

O escritor e o Capa Branca (Jorge Henrique Emiliano Ramos)

Quando decidi que faria um livro-reportagem com relatos de ex-funcionários e ex-pacientes do Complexo Hospitalar do Juquery, sabia que precisava de uma base para idealização da minha obra. Foi quando, no dia 3 de abril de 2018, durante o trabalho, escutei da minha chefe, Bárbara Scarelli, sobre O Capa Branca, livro de produção à quatro mãos, do jornalista e escritor Daniel Navarro, de 38 anos, e o músico, compositor e escritor Walter Farias, de 65. No livro, é retratada a história de Walter, ex-funcionário do Juquery na década de 70, que após algumas desavenças com a gestão da época foi internado no próprio local de trabalho. Diferente de Satílio, Walter passou pelo Juquery em um dos estados mais críticos do hospital. A história me empolgou tanto que fui saber mais sobre o assunto. No mesmo dia, visitei a página oficial do Capa Branca no facebook e com apenas 10 minutos lendo o conteúdo da página, o bate-bapo me notificou com uma nova mensagem. Era o Daniel Navarro, agradecendo o envio da solicitação de amizade e se prontificando em ajudar em qualquer coisa que eu precisasse.

Falei sobre minha pesquisa e a produção do livro. Daniel se empolgou com o tema e aceitou me dar entrevista junto com o Walter. Horas depois, mandei mensagem para o Walter para falar sobre a entrevista e de princípio levei uma negativa. Ele ainda não havia conversado com Daniel, então não sabia se eu era um rapaz confiável. Walter explicou que é quase rotina um(a) aproveitador(a) aparecer para tentar lucrar em cima da sua história sem sua autorização. Com tudo esclarecido, finalmente começamos a conversar para nos encontrarmos. Por diversas vezes tentamos marcar para que eu participasse de algum evento, em que ambos participam com suas palestras sobre o livro.

Com a minha agenda apertada no trabalho e eles com diversas palestras marcadas, levamos cerca de três meses para finalmente termos a oportunidade de conversar.

Marcamos para o dia 28 de agosto de 2018, na Universidade Cruzeiro do Sul do Campus Liberdade, em São Paulo. Era a semana da psicologia na faculdade e os autores de O Capa Branca foram participar de uma roda de conversa com o tema “Políticas Públicas na Psicologia”. Cheguei no local duas horas antes do horário marcado.

A chegada por antecipação me rendeu 20 minutos na portaria esperando a liberação da direção do Campus, para que eu pudesse aguardar a palestra dentro da universidade. Quando finalmente fui liberado, passei a folhear o livro na praça de alimentação para refrescar ainda mais minha mente sobre a história de Walter. Estava ansioso. Minha perna estava tão inquieta quanto meu filho na barriga de sua mãe, com 6 meses. Recebo uma mensagem do Daniel avisando que estava chegando e me pedindo alguma referência sobre o caminho que fiz para chegar mais rápido na Cruzeiro do Sul. Respondi e continuei a folhear o livro. Minutos depois, escuto a

catraca girar no fim do corredor e vejo Daniel, logo atrás dele, Walter, segurando uma sacola com seus pertences e um cachorro de pelúcia com óculos de sol da armação vermelha, cujo nome era Lacão, seu “estagiário”.

Isso mesmo que você leu. Perdi o foco por alguns segundos e volto para a realidade indo de encontro a eles. Daniel estava com uma camisa quadriculada nas cores preta, marrom e bege. Cumprimentamo-nos com um abraço e fui até Walter, que estava com uma camisa verde musgo e bem perfumado. Ele sorriu pra mim e disse: “Prazer em conhecer, meu querido!”. Retribuo a simpatia e fomos até a sala dos professores aguardar o início da palestra.

No elevador conversei bastante com os dois, detalhando a realização da minha pesquisa. Ambos demonstraram muita empolgação. Quando chegamos à sala dos professores, havia um coffee break nos esperando. Walter não perdeu tempo e já pegou algumas bolachas e um pouco de café. Daniel, além de jornalista, escritor e corredor, é também defensor do meio ambiente através do blog “Menos lixo, por favor”. Cuidadoso com a alimentação, abriu um pequeno pote com tapioca e algumas sementes. Foi então que falamos sobre um pouco da rotina de cada um.

Walter não perdeu tempo, iniciando a conversa afirmando que a Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, idealizada no início de 1970, é uma farsa.

Para o ex-paciente do Juquery, o movimento que critica os métodos de tratamentos adotados pelos manicômios por todo Brasil não se baseia em histórias de quem viveu uma repressão social dentro de algum, mas se sustenta em argumentos de quem nunca sofreu na pele o que é de fato ser um paciente.

Logo após o desabafo, continuamos a falar sobre diversos assuntos relacionados à psicologia e psiquiatria no país. Entrando, Walter estava inquieto, não queria ficar dentro da sala por achar que estava atrapalhando os professores que chegavam em seguida. Levantou e saiu. Eu e Daniel fomos atrás. Depois de alguns minutos conversando do lado de fora da sala, recebemos o recado que a palestra começaria em 10 minutos. Eles ajeitaram seus pertences, conferiram o contrato feito com a universidade, separei meu bloquinho de anotações e descemos ao auditório onde seria realizada a palestra. Algo que eu observei muito era como Daniel e Walter se tratavam, às vezes pareciam ser irmãos com típicas provocações de descontração e alguns minutos depois já pareciam filho e pai compartilhando os mesmos ideais e ensinamentos.

Tão interessante quanto o modo como se tratavam foi a forma como se conheceram. Na tarde do dia 7 de junho de 2007, Daniel estava assistindo ao programa *Casos de Família,* da emissora de televisão SBT. O tema era “Sou esquisito, e daí?”. A apresentadora Regina Volpato anunciou Walter como o ex-funcionário que se tornou ex-paciente do Juquery. Com a esposa do lado, Walter era questionado sobre suas manias, entre elas ficar trancado no seu quarto escrevendo histórias pessoais e se dedicando à suas composições. Walter explicava que depois da sua passagem pelo Juquery, essa foi a maneira de se sentir melhor e tranquilo. No final do

programa a apresentadora perguntou para Walter o que faltava para que um livro dele fosse publicado, e o escritor respondeu que precisava de ajuda, pois pelo pouco estudo que teve, não tinha condições de terminá-lo. Foi quando Daniel sentiu que poderia ajudar e entrou em contato com a produção do programa.

Já na semana seguinte, Daniel recebeu uma ligação da direção do programa notificando sobre o interesse de Walter em conversar. De imediato, Daniel entrou em contado com Walter e marcaram de conversar ainda na quarta-feira da mesma semana. O primeiro encontro foi no centro de São Paulo e teve duas horas de conversa entre os dois. Walter entregou alguns manuscritos com descrição de outros pacientes, enviou mais alguns pelo correio e então foi dada a largada para a produção do O Capa Branca. Em 2014, enfim, o livro é publicado pela Editora Terceiro Nome. Com o sucesso, começaram as palestras por todo o Brasil.

Quando chegamos ao auditório para a palestra daquele dia 28 de agosto, sentei na primeira fileira enquanto Daniel e Walter compunham a mesa com Alex Navarro, Bacharel em Psicologia e Filosofia, Bianca Leão, Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Hospital Albert Einstein e o Professor e Mestre em Psicologia Roberto Mac Fadden. Foram duas horas de palestra, em que os estudantes de psicologia não escondiam a curiosidade e surpresa em suas feições ao saber da história de Walter dentro de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil. Confesso que até mesmo eu, após ter lido o livro do Capa Branca duas vezes, estava impressionado com a sensatez de Walter. Seu carisma descontraía o público na maioria da vezes para quebrar o gelo e a tensão que seus relatos causavam. Sempre tinha espaço para uma brincadeira.

Depois de muitos conceitos e conhecimentos compartilhados, a palestra chega ao fim. Aguardo mais da metade da sala se despedir de Daniel e Walter, que dão total atenção tirando fotos e autografando livros. Quando estávamos saindo, Walter me perguntou se eu aceitaria uma carona na corrida que pediu até Franco da Rocha. Ele mora no Pouso Alegre e eu no Parque Vitória, bairros vizinhos. Ao entrar no carro, aproveito a oportunidade para ligar meu gravador e dar início à entrevista. A partir desse ponto, transcrevo o relato da difícil história de Walter como funcionário e paciente de onde ele mesmo diz ser um dos lugares mais assustares por onde alguém pode passar.

Uma oportunidade de ouro... Ou não (Walter Farias)

As coisas eram totalmente diferentes no meu tempo. Quando eu estava com 17 anos, no início de 1970, não tínhamos a tecnologia que carrega a juventude de hoje em dia nas costas. Éramos leigos de tudo, chegando a estar na época da ditatura sem ao menos saber o que era uma ditadura. Minhas afirmações podem até assustar, mas é a pura realidade. Como de costume, naquele tempo só queríamos uma linda garota e um trabalho para formar uma família e comprar o que bem entender. Cheguei a trabalhar em uma metalúrgica no bairro do Jaraguá em São Paulo, não muito longe de Franco da Rocha. Sempre que chegava para mais um expediente, queria trabalhar até conseguir comprar uma motocicleta de última linha. Mas não dava, recebia pouco para aquilo. As informações chegavam mais rápidas pela boca do povo, mas sempre buscávamos na televisão ou no rádio a certeza do que era dito. Não era uma boa ideia. A ditadura, por exemplo, não era torturante e opressora segundo a mídia, então acreditávamos de fato que tudo estava numa boa.

Os concursos públicos não eram uma realidade na pequena Franco da Rocha e sempre que falavam disso para a nossa juventude, entendíamos como se fosse algo apenas para o alto escalão. Até que, em 1972, o Juquery anuncia o primeiro concurso da região para atendentes de enfermagem e outras categorias. Com 19 anos, notei que aquela era a minha oportunidade de ser bem remunerado e ter estabilidade. O que mais me impressionou é que no ato da minha inscrição a única exigência para trabalhar no Complexo era ser maior de idade. Fiquei contente, afinal eu tinha apenas a 4ª série no currículo. Mas ao mesmo tempo fiquei com receio por saber que minha tarefa de cuidar dos pacientes, perturbados e com diversos problemas, não teria preparação alguma. O concurso se dividia em três etapas, sendo elas: prova de português e matemática, entrevista com o psicólogo e exame médico. Passei em todas as etapas e meu nome estava entre os aprovados na lista final no Diário Oficial do Governo do Estado.

Cerca de 870 jovens estavam na chamada que fui convocado, e pela primeira vez notei que aquele sonho de uma vida melhor para uma pessoa da minha idade não era pensado apenas por mim. Eu e o restante do grupo estávamos ansiosos, pois não sabíamos o que encontraríamos logo no primeiro dia.

No dia de assinar os documentos da admissão, entrei pela primeira vez no Juquery. O ambiente era tenebroso, entre os sons dos passarinhos que oscilavam com o silêncio, escutavam-se gritos desesperadores ainda distantes do Hospital Central. A estrada era cheia de coqueiros altos e fui caminhando reparando em cada detalhe, inclusive nas águas do rio Juquery que

passava debaixo da ponte de acesso. Cheguei a ver as creches e escolas para os filhos dos funcionários, a casa do Dr. Franco da Rocha, entre tantos outros equipamentos daquele enorme lugar. Ao chegar nas escadarias do Hospital Central, passei pelo busto do Dr. Franco da Rocha e procurei o setor administrativo. Após resolver toda a documentação, me reuni com os novatos. Fomos até o jardim para encontrar um antigo funcionário que nos apresentou rapidamente as instalações do Hospital Psiquiátrico. Nos próximos dias, passaríamos pelo treinamento dos primeiros 40 dias no Juquery.

Nesse processo, lembro-me do meu primeiro contato com os pacientes. Foi no refeitório do Hospital Central, o pior lugar que alguém poderia observar logo no primeiro dia. Você deve estar pensando que a pior dificuldade no início era como lidar com os pacientes, mas não, o pior de tudo no começo era como comer. Isso mesmo, se alimentar. Quando entrei no refeitório, vi pacientes babando no prato de comida, outros cuspindo, além do mau cheiro da maioria deles. Os talheres eram de um plástico lodento e opaco, o que de fato deixava qualquer um com o pé atrás. Cheguei a ver colegas de trabalho comendo com a mão com medo de contrair doenças. Sabíamos que tudo era dedetizado em um mega caldeirão de água fervente, mas também sabíamos que o processo era só esse. Não esfregavam, não tinham cuidado, o que, consequentemente pela quantidade de talheres, a maioria não saia limpa como deveria.

Eu não achava que as coisas podiam piorar até que tive o dever de fazer as limpezas de alguns quartos e pacientes. Friamente me entregaram um esfregão, um balde e panos, me disseram o caminho que devia fazer pelos corredores das clínicas e fui. Acompanhado de um dos meus tutores, Armando, cheguei no pavilhão masculino para limpar o quarto e as feridas de um dos pacientes mais debilitados do setor. Quando a porta do quarto foi aberta, três baratas passaram pelos meus pés e ratos se escondiam por trás das frechas nas paredes.

O cheiro era uma mistura de mofo com carne podre. Gomes, o interno que não conseguia sair da cama, estava com o corpo cheio de feridas, curativos que não eram trocados há semanas e ossos frágeis como vidro. Cheguei mais perto com o antebraço no nariz, sinceramente não dava pra fingir que o cheiro estava agradável. As gazes estavam esverdeadas e cheias de pus, com moscas proliferando suas larvas no banquete ideal. Armando segurou as pernas e eu o tronco para limpar em baixo de Gomes. Quando colocamo-lo de lado, vi uma cena que nunca mais saiu da minha cabeça: suas costas estavam em carne viva por conta do longo tempo na mesma posição e diversos tapurus (infecção produzida por estágio larval) estavam corroendo o tecido morto. Meu café da manhã voltou e quase vomitei.

Com a pele deteriorada, ficavam aparentes seus nervos, o que até hoje me atrapalha quando vou comer. Depois desse dia, se estou almoçando ou jantando e sinto qualquer nervinho

na carne, não consigo terminar de comer. Isso era só o começo do que o Complexo Hospitalar do Juquery tinha para me mostrar. Era só a ponta do iceberg, conforme o tempo passou pude ir mais fundo e perceber que aquele lugar, talvez, fosse o inferno na terra.

Sexta colônia, o limbo na terra (Walter Farias)

A medicina da década de 1970 não era eficaz como a de hoje, isso é vero, mas pra nós, os capas brancas recém-chegados, não fazia tanta diferença, pois desde o início éramos aconselhados a descer a porrada nos loucos. Eu não conseguia seguir tais conselhos. As medicações eram pouquíssimas, e quando aplicadas, causavam a impregnação, um efeito colateral causado por medicamentos psiquiátricos ou neurológicos. Chegamos a perder milhares de pacientes desta forma. Tinham internos que pareciam zumbis, com a cara torta, andando torto e gemendo, tudo por conta das medicações. Então cabia a nós exercer um método de contenção eficaz onde a força sempre se sobressaia. Eu, naquele tempo, não achava que era errado ver os pacientes apanharem de funcionários, pois como eu não tive preparações adequadas, aquele procedimento, na minha mente, era o certo a se fazer mesmo sem eu colocar em prática.

Foram cerca de dois meses aprendendo nas coxas como medicar, verificar pulso e dar banho nos internos. Depois de todo esse processo, fui transferido para a sexta colônia, distante do hospital central, na divisa entre Franco da Rocha e Caieiras. Quando cheguei lá, pude observar no olhar de cada funcionário que o local poderia ser facilmente comparado com o inferno. Ou melhor, o limbo. Um lugar onde almas inocentes não tinham a visão cuidadosa e acolhedora de Deus. Todos da sexta colônia eram esquecidos. Um homem não muito alto, com aproximadamente 1,75m e olhos verdes, estava com seu jaleco todo sujo. Da entrada da colônia, desejou boa sorte ao nosso grupo e sorriu da forma mais sarcástica possível.

Quando chegamos à porta dos pavilhões, fomos informados que o nosso dever seria cuidar dos paraplégicos. A princípio não tive noção do que poderia ser cuidar de pessoas não só com distúrbios mentais, mas também com limitações físicas. O cenário não podia ser pior. Enquanto caminhava por um largo corredor de aproximadamente 30 metros, já sentia um odor que faziam minhas narinas queimarem.

Passei do lado de um quarto de paredes amarelas com um quadro de Carmem Miranda. No seu interior, um dos enfermeiros dava comida na boca de um paciente que mal conseguia mastigar. Impactados, seguimos andando. O estado dos quartos era deplorável. O tempo e a sujeira formaram nas paredes brancas camadas de grude, fezes e poeira. Os parasitas iam além de baratas e ratos, esses eram apenas visitantes ou, para alguns internos, acompanhantes. Os que tiravam a paciência e sossego de quem vivia no Juquery eram as pulgas e os carrapatos. Esses

chegavam pelos cães e gatos que dividiam o pátio com os loucos. Alguns pacientes se coçavam tanto que mesmo com as unhas cortadas, rasgavam a carne pela força que faziam para aliviar as feridas pelo corpo. Por mais que tentássemos ajudar, os internos que precisavam colaborar ficando longe dos animais.

Depois de conhecer todos os galpões da colônia, fomos designados mais uma vez para limpar os quartos, dar banho nos pacientes dependentes e trocá-los de roupa. Antes da faxina geral, separamos diversos galões de água, esponjas, esfregões e vassouras para a tarefa. Para dar início ao processo, primeiro tivemos que levar todos os paraplégicos para o refeitório e foi a partir desse momento que tivemos o primeiro contato com o verdadeiro limbo. Os quartos no fundo da colônia não recebiam cuidados há semanas e o cheiro que vinha deles era um sinal de pedido de socorro do próprio pavilhão. O chão do local tinha um caldo que escorria pelos cantos das paredes, pior até do que chorume, a decomposição do lixo. Era uma mistura de fezes, urina e pus das feridas daqueles que não conseguiam nem mesmo ir ao banheiro. Os internos imóveis na cama, algumas vezes, comiam naquele ambiente sem reclamar por não ter nem mesmo condições de falar.

Antes de retirá-los dos quartos, nos propomos a limpá-los. De primeira, fomos criticados pelos funcionários mais antigos, que riam da nossa cara. Um deles chegou a dizer: “Pra que ajudar esses inúteis? Eles não têm mais jeito, estão literalmente na merda”. Cada caso era um caso dentro do Juquery, mas quando se tratava de quem tinha alguma deficiência, a situação era a mesma para todos. Eles eram esquecidos. Seus colchões eram podres, a maioria esverdeados pelo tempo sem higienização e o excremento das feridas que acumulavam no algodão.

Quando começamos a lavar os setores, uma água preta e de textura grossa jorrava pelo corredor. Não tinha como ter uma noção de quanto tempo aquele lugar estava sem receber um esfregão. Achamos ninhos de ratos embaixo da cama, talvez por o paciente debilitado só se debater sem o movimento das pernas e outros membros, então, suas gazes e curativos cheios de dejeto caíam e serviam de alimento para os roedores que moravam logo embaixo deles. Isso, sim, era um método de tortura. O abandono dos parentes já causava um estrago enorme na estabilidade mental deles, mas o abandono de quem tem dever de cuidar de você causa uma sensação três vezes pior. Muitos deles quando notaram que teriam seu espaço limpo, choravam calados. O semblante era de ódio, sentimento bem provável contra aqueles que nada fizeram quando puderam.

A passagem pela sexta colônia me ensinou tanta coisa em pouco tempo, mas nenhuma delas foi maior do que o fortalecimento da minha personalidade. Eu fiquei noites e mais noites

tentando dormir com o olhar daqueles coitados na minha mente. Não era fácil colocar a cabeça no travesseiro, ver minha família e esquecer do que se passava com quem morava no Juquery. Comecei a olhar para minha esposa e meus filhos de um modo diferente, pois depois de passar por lá, a pegada muda totalmente. Eu me casei e fui pai bem novo e por mais que essa situação me exigisse maturidade além do que se esperava da minha idade, o que de fato me engessou como um homem foi ver o que acontecia no Juquery. O sofrimento do outro te causa choque que por sua vez é inevitavelmente perturbador e ao mesmo tempo eficiente para o seu crescimento.

A chegada ao Manicômio Judiciário (Walter Farias)

Seis anos já se passaram, era 1978 e meu aprendizado com tudo que vivi pelas colônias do Hospital Central já estava bem sólido. Ainda assim éramos jovens e o jovem gostava de trabalhar no Juquery, por um motivo evidente: lá, podíamos fazer o que bem entendêssemos. Muitos gostavam de ir trabalhar só para se divertir agredindo os pacientes. O que a turma passava de ruim fora do Complexo, era absorvido para ser descarregado em socos e pontapés dentro do Hospital Psiquiátrico. E o pior de tudo isso era que o salário da época era muito bom, o que também dava um folego extra para os maldosos. Nosso grupo, por conta dessa falta de empatia, começou a chamar a atenção do Manicômio Judiciário. Lá, você não pode ter dó. Com muitos funcionários ficando doentes e se aposentando, o setor passou a sofrer um déficit. Começaram, então, a cogitar que o local seria bem reestruturado por esses garotos da nossa turma.

Chegando ao período de campanhas políticas, o Juquery passou a ser barrado de qualquer tipo de contratações. Também com a falta de verba do Governo do Estado, novos concursos públicos eram impossíveis. O transtorno na minha vida profissional começa a dar os primeiros passos a partir desse ponto. Em uma reunião, a Direção do Juquery junto ao Departamento Pessoal decidiu que convocaria mais da metade da nossa equipe do Hospital Central para trabalhar no Manicômio, e eu estava na lista de transferência.

No Manicômio Judiciário ficavam os psicopatas que através de um diagnóstico médico

eram isentos de punição criminal e penalidade, por apontar ter algum tipo de doença mental, desenvolvimento incompleto ou retardado mental. Assim como eles não podiam viver mais na sociedade, também não podiam viver entre os doentes do Hospital Central que nunca haviam cometido crime. De início, eu achei que seria indiferente, não tinha noção do que acontecia lá, então, na minha cabeça, os comportamentos dos loucos do Manicômio eram os mesmo dos loucos do Hospital Central.

Abracei a necessidade que o Juquery tinha de repor os funcionários que abriam mão do trabalho por diversas dificuldades, mas o real problema era que o Juquery não abraçava quem tinha boas intenções de ajudar. Lá era cada um por si, com diversas hienas te rodeando e sorrindo esperando um tropeço seu, e o meu tropeço foi ser bom demais. Eu estava acostumado a lidar com doentes mentais dos mais diversos diagnósticos, mas não com assassinos, estupradores e assaltantes. Quando minha ficha começou a cair e a transferência se aproximava, o medo começou a engolir a tranquilidade que insistia em não se abalar. O dia da transferência chegou, e já pela manhã vários carros estavam à nossa espera na saída do Hospital Central para nos levar até o Manicômio.

Quando chegamos, me assustei com a dimensão das coisas, os muros eram tão grandes, que do outro lado não parecia ser recheado de doentes mentais, mas sim de um tesouro precioso. A estrutura do Manicômio tinha um formato de T invertido, onde o corredor central nos 1° e 2° andares eram os dormitórios com capacidade de 16 leitos cada um para pacientes calmos. Já a base do corredor era o local mais crítico de todo Manicômio, onde ficavam as celas surdas, celas para doentes em observação, entre outros leitos. No térreo, ficavam concentradas a maioria das salas do setor administrativo, com refeitório, consultórios, quartos dos guardas e banheiros. Depois de assinar minha papelada junto com o restante do grupo, de imediato fomos chamados para acompanhar o trabalho dos veteranos.

Estava tudo começando de novo, nada mais do que aprendi no Hospital Central servia. Os tratamentos e internos eram totalmente diferentes do que estávamos acostumados. O eco das gritarias e discussões pelos corredores era possível ser escutado do térreo, ao segundo andar. Fomos subindo as escadas parecendo crianças em um zoológico pela primeira vez. Era cada imagem que nem com uma lavagem cerebral esqueceríamos. Na entrada do corredor central, oito homens seguravam um louco pelas pernas e braços. O cara era um brutamonte. Levaram ele até a primeira cela e o jogaram na parede. Quando estavam pra trancar a cela, o interno levantou, pegou suas fezes que estavam espalhadas pelo chão e começou a se lambuzar, passando no rosto e cuspindo nos enfermeiros. Essa foi nossa primeira cena no Manicômio.

Quando a poeira abaixou, encontrei meu primo entre os enfermeiros que acabavam de participar do episódio. José da Conceição entrou no mesmo concurso que eu, porém, foi direto

trabalhar no Manicômio Judiciário. A presença dele me deu um pouco mais de tranquilidade por saber que em momentos extremos poderia recorrer a uma ajuda dele. Por incrível que pareça, não cheguei a precisar muito dessa ajuda, pois quando a corda apertava no Manicômio, os tratamentos eram parecidos com o do Hospital Central. Quando tínhamos um paciente problemático demais, bastava realizar a eletroconvulsoterapia (ECT)**,** método conhecido antigamente como eletrochoque. Esse tratamento clínico psiquiátrico envolvia a indução de uma crise convulsiva por meio de uma corrente elétrica na têmpora do interno. Quando escutavam essas palavras, muitos deles chegavam a urinar ou defecar nas calças. O ECT era recomendado para quem estava em estado crítico de esquizofrenia, mas, no Juquery, bastava fugir das regras para sentir o que era a pior forma de castigo, pra mim.

Nos famosos filmes da psiquiatria no Brasil, como *O Bicho de Sete Cabeças* e *Nise – O Coração da Loucura*, acompanhamos os pacientes deitados em macas para receber o eletrochoque. No Juquery, tanto no Hospital Central quanto no Manicômio, não era assim. O procedimento era feito por sessões, com mais de 30 pacientes esperando a sua vez para deitar em um colchão no chão. Ficavam cerca de seis enfermeiros para segurar um interno, um em cada joelho, um em cada braço, outro para segurar o tronco e mais um para segurar a cabeça. Era colocado um pano na parte inferior na boca para o interno não rasgar a gengiva com as mordidas durante o choque. Esse pano, na maioria das vezes, não era trocado e nem higienizado. Antes de colocar as pontas da máquina do ETC nas fontes (têmporas) dos loucos, o local era umidificado.

Quando ativada a máquina, o choque viajava pelo corpo do paciente por oito segundos ininterruptos. No fim, o corpo do interno inchava e se estivesse com camisa, os botões estouravam. As veias de todo o corpo ficavam expostas, parecendo algo sobrenatural. O condicionamento físico do paciente era o que definia quanto tempo ele voltaria para acordar. Uns levavam minutos e outros horas ou até dias.

Nesse exato momento, uma coisa ficava evidente: os internos que estavam na fila eram loucos, mas não burros. Depois de acompanhar uma cena como essa, a grande maioria se rebelava e não aceitava de forma alguma passar pelo procedimento. Sendo assim, devíamos pegar na marra, e o coro comia.

Entre outros métodos de tratamento, tinha um que, pra mim, era o mais bizarro. Pacientes que sofriam de grandes distúrbios esquizofrênicos eram submetidos a passar pela malarioterapia, que consistia em causar picos febris provocados pela malária no tratamento da paralisia geral progressiva. No procedimento de aplicação, acontecia a inoculação de sangue contendo um dos agentes etiológicos da malária. Esses picos resultavam em uma baixa frequência cardíaca, induzindo à produção de endorfina e à calma. Apesar de ser um processo que dava muito certo,

eu ficava bobo quando pensava que era através de uma doença tão assustadora na época.

Tinha também um método que, por mais simples que fosse, causava calafrios em quem estava de fora realizando: o banho com gelo. O paciente era colocado em uma cadeira de ferro fixada no chão, onde tinham mãos e pés presos em fechadura com cadeados. Um galão de dez litros ou mais era cheio de cubos de gelo e água. Aos poucos, aquela água congelante era jogada sobre a cabeça do interno até que ele entrasse no estado de hipotermia, assim, praticamente paralisado pela baixa temperatura corporal, podia ser conduzido até as celas sem dar trabalho algum, para receber as devidas medicações. O engraçado no meio de tudo isso, é que a forma mais tradicional de imobilização, a camisa de força, é vista como uma das mais fáceis e tranquilas pra quem vê de fora. E não é bem assim.

Imagine ficar sentado no seu sofá sem poder se mover durante todo um dia? Parece bom? Tenta a sorte. O paciente era obrigado a ficar com uma camisa de força durante, no mínimo, uma semana, sem mover sequer um músculo da cintura pra cima. Isso é uma tortura psicológica estarrecedora.

Por mais que a camisa de força fosse eficaz na maioria das vezes, tinha um paciente do manicômio que era impossível de imobilizar. O Cota era um interno extremamente forte e não podia sair da sua cela por não conseguir conviver em harmonia com os outros pacientes. O ponto mais surpreendente de tudo isso era que o Cota não tinha os membros inferiores.

Sem as pernas, ele se arrastava pelo chão da cela com o peitoral todo encardido, consequência do piso cheio de fezes e urina. Chegava a ser tão assustador que, quando falávamos dele para alguém que nunca tinha colocado o pé no manicômio, achavam que o Cota era um personagem de algum conto idealizado pelos próprios funcionários. E quem dera fosse. Quando os funcionários tentavam entrar na cela para fazer a limpeza, ele grudava nas pernas do intruso e com muita força o derrubava para tentar sufocá-lo. Na tentativa de aplicar algum tipo de medicamento nele, as agulhas quebravam pela pele grossa ou pelas contrações que ele fazia. A única saída era descer a porrada até ele desmaiar ou não revidar às tentativas de medicá-lo.

Depois de presenciar um pouco de tudo isso, a experiência no manicômio era até então a condição mais assustadora que eu tive que passar na vida, porém a chave estava girando, e o que estava por vir era o fundo do meu poço.

O fundo do meu poço (Walter Farias)

Depois de um dia cansativo de trabalho, deixei o manicômio às 22h para ir embora. Cheguei em casa, jantei, tomei um belo banho e fiquei acordado. Tentava pregar os olhos mas toda tentativa foi ineficaz. No meio da madrugada decidi preparar um chá de camomila. Estiquei as pernas no sofá e liguei a televisão, ainda nas cores preta e branca da época. Enquanto passava os canais, um filme me chamou a atenção e me atentei a assistir. O nome era *Átila*, um longa-metragem que retratava um manicômio estadunidense depois um transtorno entre os internos. No decorrer da história, o local era invadido pelas forças de segurança do estado, que matavam todos os pacientes do local. Para você entender melhor, foi bem parecido o que aconteceu no Carandiru em 1992. Eu fiquei pasmo com a história e um sinal de alerta passou a soar em minha cabeça. Comecei a me imaginar naquela situação e o que poderia ser de mim se o mesmo viesse a acontecer no Juquery.

A preocupação começou a ofuscar meus pensamentos e raciocínio, sem me deixar ao menos concentrar no que eu tinha que fazer. Eu não era policial e nem recebia pra cuidar de criminoso. Então, após três dias sendo perseguido por esse pensamento, fui conversar com meu Chefe de Disciplina, Sr. Catalani. Pedi para voltar ao Hospital Central e de cara sofri uma negativa. Segundo ele, isso causaria um transtorno no novo grupo que chegou, então ou eu continuava trabalhando no manicômio ou seria obrigado a pedir demissão. Não aceitei nenhuma das duas propostas e me rebelei. Ele tentou me convencer muitas vezes durante o dia, mas de nada adiantou. Fiquei cerca de 32 dias sem exercer minha profissão, em prol da minha própria saúde mental. Quando eu já avançava para a quinta semana sem querer trabalhar, o administrador chefe me chamou em sua sala. Sr. Cremascio tinha a fama de ser rude, de poucas palavras e andava sempre bem engravatado. Me questionou sobre o que estava acontecendo, se comprometendo a ajudar. Depois de me ouvir, disse que me encaminharia de volta ao Hospital Central, e cumpriu com a palavra.

Eu sabia que ele não tinha feito aquilo por que era um cara bonzinho, mas sim estrategista. O plano do Sr. Cremascio era me colocar de exemplo para aqueles que se revoltassem e ousassem ir contra os ideais da administração do Juquery. Em pouquíssimo tempo ele quebrou a minha carreira. Quando cheguei de volta ao Hospital Central, meu prontuário estava com tantas anotações que parecia uma lista telefônica. Em toda clínica ou colônia, fui recebido da pior forma possível pelo encarregado responsável do local. Todas as atividades que

me colocavam pra fazer tinha o intuito de derrubar minha autoestima. Havia prestado concurso para cuidar de louco e não para carpir os campos. Cheguei ao ponto de nenhum setor aceitar meu trabalho e foi quando eu fui parar em uma das piores colônias do Complexo.

Perto do Corpo de Bombeiros de Franco da Rocha, na divisa com o munícipio de Mairiporã, havia uma colônia que recebia o nome do encarregado Aldelino. Durante muitos dias, cheguei em um ônibus todo detonado e com o pó da terra entalando minhas vias respiratórias. O calor das 8h da manhã parecia ser mais forte do que o do meio-dia, e acredite, nem um camelo suportaria aquela temperatura. Todas as vezes que eu chegava, a administração dizia que eu teria que prestar serviço na ala de cirurgia do Hospital Central, que ficava a cerca de 20 km de onde eu estava. Não forneciam nenhum tipo de transporte para eu ir ao local, o que me obrigava a voltar andando pelo antigo campo de aviação de Franco da Rocha. Com a capa branca grossa e o sol ardente, meu corpo sofria e quase sucumbia no percurso. Foram dez dias seguidos assim até que me chamaram para uma reunião no Hospital Central, com gestores e psiquiatras. A mesa tinha uns cinco metros, com todos sentados me aguardando e “dispostos” a me escutar mais uma vez.

Eu conseguia ver a perseguição no olhar de todos os que compunham a mesa. Depois de horas e mais horas de conversas, fui afastado por princípio de distúrbio psicológico. Eu simplesmente não aceitava, estava explodindo por dentro, mas quis ser sensato e não questionei a decisão. Fiquei quatro meses em casa e visitava o Juquery de vez em quando. Chegou um período que comecei a ser julgado pelos funcionários e arrumei muitas brigas. Xingava, saia na mão e não aceitava repudio. Um dia, as coisas fugiram do controle e minha família foi convocada ao Juquery.

Um dos gestores notificou minha esposa que se eu não fosse internado, perderia o emprego e todos passariam fome. Eu não queria ter noção do que estava acontecendo e nem muito menos entender o que os meus familiares estavam passando. Contudo, não teve outro jeito, eu me tornaria paciente. Naquele tempo, ninguém contrariava o Estado e quando o Juquery dizia que você estava louco, para todos, de fato, você estava.

Do outro lado da fechadura (Walter Farias)

O mês era julho de 1978, seis anos depois eu deixava de vestir minha capa branca para receber a calça azul, camisa de algodão e casaco grosso na cor preta. Esse era o uniforme padrão dos internos. Depois de ter a cabeça raspada, fui colocado em frente a uma câmera para fazer os primeiros registros no meu prontuário de paciente. Em seguida, um dos funcionários colheu minhas impressões digitais e fui encaminhado para o dentista que ficava no primeiro andar do Hospital Central. Seguraram-me e sem nenhum tipo de anestesia, arrancaram meus dentes superiores. Minha cabeça parecia receber uma marretada a cada segundo. Eu sentia o meu pulso e o sangue viajar pelo meu crânio. Horas depois, me levaram à rotunda masculina. As paredes eram arredondadas e emborrachadas para que eu não me machucasse caso tivesse um surto e resolvesse descarregá-lo com cabeçadas nas colunas.

Eu não era louco, mas aos poucos passei a ficar. Conforme os dias passavam, eu sentia que as paredes diminuíam, me esmagando psicologicamente. No meu primeiro dia no pátio, ainda me sentia um funcionário. A maioria dos pacientes estava jogada às traças, com fezes e urina por todo o corpo, criando uma área de lazer para as moscas. Quando um deles puxava conversa comigo, já o interrompia dizendo que era funcionário, até que um dia o interno Moisés, velho conhecido, me respondeu: “Você foi funcionário? Ok, então eu sou Jesus”.

Esses deboches eram diários e eu não podia fazer nada para reverter a situação. Deixei de ser opressor para ser o oprimido. Meu rosto ficava com uma tarja preta do outro lado da fechadura. Ninguém se importa com a sua sanidade mesmo que esse fosse o único dever de quem estava lá dentro. Eu passei a entender o que sentiam quando eu os ignorava. Eu passei a

sentir o que é o desprezo. Eu passei a não saber em que dia da semana estava. Quando eu ficava trancafiado durante dias na rotunda, não tinha a mínima noção de tempo. Para saber como os dias passavam, todas as vezes que me entregavam comida no almoço, eu cortava meu antebraço com os dentes inferiores e marcava com sangue um traço na parede.

Não sei dizer exatamente quanto tempo fiquei em observação e nem muito menos o que acontecia ao certo, mas coloquei na minha cabeça que precisa ocupar minha mente estudando. Isso me ajudaria de alguma maneira a extinguir pensamentos ruins, ocupando as lacunas da minha mente com a sabedoria. Quem está do lado de fora da cela azul se acha o cara mais bem vivido do mundo, mas quando a situação muda e você está lá dentro, tudo parece ser novo e parecemos uma criança recém-nascida com muita coisa para aprender. Depois de algumas semanas só saindo da cela para tomar banho de sol, me higienizar e olhar a paisagem lá fora, meu primo apareceu. Com o bom relacionamento em todos os setores, passou a explicar aos outros capas-brancas que tudo que eu estava passando era consequência do stress que o Juquery causava em quem se dedicava demais ao trabalho. Vários e vários funcionários começaram a me tratar de um modo diferente depois da ajuda do meu primo.

No mesmo dia fui transferido para uma cela mais limpa, ainda no setor da rotunda. Passei a receber almoço e janta preparados para os funcionários, que me deixou muito feliz por não ser a gororoba que entregavam antes. Porém, tudo voltou a piorar quando foi necessária uma bateria de exames para saber como estavam as evoluções da saúde mental de cada indivíduo. O meu psiquiatra responsável era o Dr. Giles, um grande um homem que me ajudou em quase tudo. Quando comentei que era funcionário para um dos capas-brancas, ele deu risada e me levou pelo braço até a sala do Dr., porém Giles não estava lá.

Fui tirado da cela com regalias um pouco melhores, e jogado mais uma vez aos loucos. Meu uniforme de interno não me dava moral alguma. Em uma cela coletiva passei a viver dia e noite com mijões e cagões por todos os lados e a fama do “louco que se diz funcionário” se espalhou por todo o Hospital Central. Me zombavam, atacavam e repudiavam sempre que tinham a chance, e eu ainda assim tentava manter minhas estruturas. Sempre que notava um dos meus amigos da terceira clínica passando pela janelinha que dava na rua e os chamava, os capas-brancas que estavam me vigiando entravam e esmurravam meu estômago para não deixar hematomas no rosto e fechar minha boca. Me colocaram uma camisa de força e já na primeira noite acordei cheio de fezes e urina, pois não tinha quem tirar minha roupa quando eu precisava ir ao banheiro.

Depois dessa e tantas outras ocasiões, decidi que não podia mais me rebelar contra o sistema. Minha vitória era quase impossível agindo daquela forma. Em segundo plano, passei a me dedicar aos estudos e ler muito. Fiz do livro *O Conde De Monte Cristo* o meu parceiro de cela. Queria saber mais do que quem me oprimia. Seguindo os conselhos do Dr. Giles, me

acalmei e não retrucava mais ninguém, buscando ganhar respeito, usando o próprio. Comecei a compor para distrair ainda mais a minha cabeça. Foram semanas em um constante equilíbrio. Depois de meses como interno, o céu passou a abrir para mim novamente e por incrível que pareça, depois de uma breve discussão. Começaram a bater na minha cela para raspar minha cabeça novamente e eu não iria deixar de forma alguma.

Eu estava me comportando bem e mostrando que aquele era só um tempo necessário para apertar meus parafusos. Não aceitaria que me destratassem novamente assim como foi no começo. Nessa briga na porta da cela, um capa-branca abriu meu lábio superior de fora a fora com um chute. Fraco, fui arrastado até o barbeiro. E para minha surpresa, o dono da maquininha era um amigo chamado Brito, da turma de 1972. Ele me reconheceu e se recusou a cortar meu cabelo, dizendo que todos ali estavam completamente equivocados. “Ele foi meu amigo, entramos aqui juntos. Não podem de maneira alguma tratá-lo dessa maneira!”, disse Brito. Mesmo com o apelo, riram da cara dele e me levaram para a sala do lado e os próprios funcionários se encarregaram de passar as lâminas da minha cabeça.

O fim do pesadelo (Walter Farias)

Foram nove meses como interno e diversos perrengues que me motivavam a não desistir, para mostrar que o Juquery não tinha controle sobre mim. Constantes avaliações do Dr. Giles começaram a mostrar um resultado positivo e de melhora da minha sanidade. O "Funcionário" (meu apelido de interno) estava prestes a deixar a camisa de força. O jogo de perguntas e respostas nas consultas era na verdade uma avaliação para determinar minha aposentadoria por invalidez, que dias depois foi concedida. Recebi liberação para visitar minha casa quando pudesse, mas já na primeira oportunidade fui e não voltei mais. O Juquery não contava com uma equipe de busca e não designava funcionários para fazer esse tipo de trabalho. Se alguém sumisse, era anotado no prontuário mais um evadido e a vida lá dentro continuava. Passei a esperar os trâmites burocráticos de casa e todos sabiam que eu estava lá.

Voltava para o Hospital Central só para pegar meu pagamento. Assim foi durante dez anos até que a documentação da minha aposentadoria finalmente saiu. Mas nunca levei isso como um ato bondoso do Complexo Hospitalar do Juquery. Eu fui totalmente mal instruído, me tornei funcionário de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil e com um treinamento chulo, tive que cuidar de criminosos para continuar sustentando minha família. Cheguei ao estado de paciente por nadar contra a maré do sistema. O mínimo que me deviam era um pingo de dignidade que até hoje deve estar perdida pelas celas da rotunda.

Meus dias não são mais normais. Eu nunca mais vou ser uma pessoa normal. Não consigo dormir sem ter uma televisão ligada para me dar uma sensação de segurança que o silêncio da noite aniquilava. Como eu me alimentei muito mal dentro do Juquery, cheguei a ficar com dezenas de quilos abaixo do meu peso ideal e até mesmo nos dias atuais, se alguém diz que estou magro demais, já tenho a sensação que a morte está batendo no portão da minha cela. Enfim, os traumas se instalaram na minha cabeça sem pedir permissão e tudo que me remetia ao Juquery, ou o que eu passava lá, tornava meu corpo um vulcão de sensações. E não eram as melhores.

Algumas vezes chego a voltar ao Juquery para acompanhar como as coisas estão. Vejo como o tempo destrói qualquer coisa, inclusive um lugar que demoliu as estruturas de muitas pessoas. Muita coisa está diferente por lá e os prédios desativados, mesmo em silêncio, me recordam de cada urro de dor de algum paciente ou clamores por socorro. Meu coração chora quando vejo o estado do setor administrativo destruído pelo incêndio de 2005. Aliás, tudo me causa tristeza dentro daquele lugar. Às vezes não só por mim, mas pelo o que vi as pessoas passarem. Quem chega para receber atendimento no Hospital Estadual que foi construído em

2011 dentro do Complexo, não tem noção do peso que o Juquery carrega na área da medicina.

A conscientização e respeito pelo Juquery por aqueles que não viveram, só será possível por meio de um grande trabalho educacional, mas essa é pauta para outro momento. Meu sonho é ver esse Complexo e o que ele carrega no contexto histórico sendo exemplo para todas as gerações, não só de Franco da Rocha, mas do Brasil. Afinal de contas, não é preciso estar presente no Juquery para sentir arrepio e o pulso aumentar. Tem coisas que só eu sei e tem coisas que vocês nunca vão saber. O Hospital Central e todas as clínicas nunca me abandonaram. Em minha mente, cada setor tem memórias lapidadas pelos medos e reforçadas pelos desesperos.

Hoje, eu só quero continuar a abraçar minha família e olhar nos olhos de cada um, com a gratidão de ainda ter essa oportunidade.

Prazer em conhecê-lo, Juquery (Jorge Henrique Ramos)

Minha satisfação estava em um relacionamento sério com o meu psicológico. As entrevistas foram incríveis e as histórias que pude escutar de Tânia, Satílio e Walter me fizeram idealizar ainda mais o que seria o Complexo Hospitalar do Juquery. Quando meu avô teve que passar por uma cirurgia em 2013 no Hospital Estadual do Juquery, subi as ruas do complexo com um desejo grande de saber o que escondiam os muros de cada setor desativado. Na volta, tentei me aproximar à entrada do antigo Hospital Central, mas o segurança me barrou no meio do caminho. Os anos passaram e pude estudar mais sobre o local. Porém, ainda em 2018, prestes a terminar esse livro, eu ainda não conhecia as instalações do Juquery. O tempo não parou. Habituado a ler os sites oficiais de todas as cidades da minha região, vi uma matéria noticiando sobre o primeiro evento de artes aberto ao público que aconteceria no Juquery em setembro, na comemoração de seus 120 anos. No local seria realizado o "Soy Loco Por Ti Juquery", que ofereceria diversas atrações, como oficinas musicais, de criação, ateliê e exposições.

Meu coração gritava de alegria. Era minha chance de finalmente entrar nas áreas do Hospital Central, na rotunda e nos jardins que tanto ouvi falar sobre. Enfim, meu mês chegou. Era dia 15 de setembro, cinco dias depois do meu aniversário de 22 anos e há 12 desde a primeira vez que ouvi sobre o Juquery. Tive um compromisso no centro de São Paulo pela manhã e no meu retorno no início da tarde, desci na estação de Franco da Rocha com a ansiedade de um apaixonado por histórias. Foram os dez minutos mais longos da minha vida caminhando da estação até a entrada do Complexo. Ao chegar na chancela, atravessei a mesma ponte que meus três personagens cruzaram por anos e anos. Da calçada concretada, reparava cada detalhe da rua de paralelepípedo que há décadas era só terra e pó.

Virei a primeira esquerda e continuei subindo, para que 20 metros à frente pudesse pegar a primeira à direita. Terminando o trajeto, já pude ver os muros enormes e amarelos do Hospital Central.

Passei pelo portão de aço onde ficava a antiga entrada e achei a recepção do evento. Como cheguei cedo, ainda estava praticamente vazio e não peguei fila. Me entregaram um folheto com toda a programação e, finalmente, estava de frente para os principais pavilhões desativados do Juquery.

A arquitetura era minuciosamente mantida e sem um tijolo fora no lugar. Mesmo com a visão externa castigada pelo tempo, a sensação de cuidado era evidente. Caminhando pela primeira galeria do Hospital Central, ao meu lado direito estava o jardim todo enfeitado para o

show que aconteceria mais tarde. Caminhei mais sete metros e dei de cara com a tão comentada torre do relógio, enorme, com um andaime do lado para fazer sua manutenção mensal. A torre faz parte do prédio do refeitório e da padaria, aquela mesma em que há três décadas Tânia Bonvicini tinha uma das piores experiências de sua vida. O prédio estava trancado, com apenas uma etiquete na porta revestida de lodo e esverdeada, informando que ali dentro milhares de pacientes se alimentaram. Continuei minha estadia.

Em frente ao prédio da torre do relógio estava a escada que dava para o pátio onde ficava o busto do Dr. Franco da Rocha. De imediato, me recordei de Satílio e a ocasião em que foi perseguido por dois homens no mesmo local. Pude recriar a cena diante dos meus olhos. Fiquei parado e inerte, como se estivesse sendo teletransportado ao século passado. Voltei à realidade quando duas crianças trombaram em mim enquanto brincavam de pega-pega. Voltei ao principal corredor das galerias que dividiam os pavilhões. Olhei para o alto e vi toda a fiação original entrelaçada com a madeira. Estava tão bem organizada que dava impressão de ter dias, e não 120 anos. Do meu lado direito estava o edifício da administração, o mesmo em que Walter assinou a papelada de contratação no seu primeiro dia de trabalho em 1972 e que pegou fogo em 2005.

Continuei caminhando, tocando tudo o que podia (e o que não podia também). Cada lugar que tinha um cadeado e uma frecha, eu ousava em colocar o olho em algum buraco para tentar enxergar o que não queriam que eu enxergasse. Não vi quase nada em todas as oportunidades.

Atravessando todo o corredor da galeria principal, observei uma moça em frente a uma porta grossa e azul, já girando a fechadura para abrir. Me aproximei e perguntei de que lugar se tratava aquele e, sorridente, a moça respondeu: a rotunda. Travei. Sem reação alguma e pasmo, minha mente busca em seus prontuários todos os relatos dos meus entrevistados sobre aquele que seria, segundo eles, o pior lugar do Complexo Hospitalar do Juquery. Eu estava a um passo de entrar no local mais sobrecarregado de um hospital psiquiátrico. Minhas mãos sempre foram quentes, até minha professora do primário pedia para eu ser o primeiro da fila só para sentir o calor delas em um dia frio, e pela primeira vez, eu senti minhas mãos ficarem tão geladas quanto a tranca de chumbo grosso daquela cela. Nunca acreditei em superstição, mas dessa vez, fiz questão de entrar em um lugar com o pé direito.

O corredor era levemente encurvado para esquerda, pois a rotunda tinha um formato circular. Cada cela lá dentro tinha mais ou menos de dois a três metros de distância uma da outra, todas com as portas azuis. Na primeira cela, um projetor mostrava depoimentos de mulheres que trabalharam durante anos no Juquery. Confesso que o clima estava tão pesado que se concentrar no que elas diziam era quase impossível para quem tinha um mínimo de noção do que já aconteceu na rotunda. Sai e fui visitando cela por cela, com exposições diferentes. Apenas um quarto da rotunda estava disponível para visitação. Fui até onde podia. Na última cela, havia uma placa com o aviso de “saída” e, em cima, escrito à mão com um giz verde, a palavra “existe”

seguida de um ponto de interrogação. “Existe Saída?”. Me arrepiei, puxei todo o ar que consegui e entrei. A sala era exatamente como Walter comentou, com as quinas das paredes arredondadas e um espaço pequeno. Senti minha espinha congelar enquanto tocava as paredes, uma sensação tão estranha, que nem cinco minutos aguentei ficar no espaço.

Deixei a rotunda com a certeza de que qualquer pessoa que fosse mantida naquelas condições por horas, dias ou semanas, não tinha chance alguma de ter uma vida normal novamente. Depois de percorrer a grande área do hospital central, visitei por último a sala de exposição das obras idealizadas por Osório Cesar, psiquiatra pioneiro no uso da arte para o tratamento psiquiátrico.

Chegando ao fim da experiência, voltei caminhando pelas galerias com o pensamento longe, viajando entre as mudanças drásticas de Tânia, o drama de Satílio e o sofrimento de Walter. Crente que a angústia que senti em poucas horas no Juquery talvez não fosse nem sequer uma gota no oceano de sentimentos e ressentimentos que o trio viveu em um dos maiores hospitais psiquiátricos no país.